

# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano XCIII • Nº 227

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 22 de dezembro de 2016

## Presidente da Assembleia apresenta balanço de atividades legislativas

Na última Reunião Plenária do ano, parlamentar destacou as ações realizadas



JOÃO BITA

ESTATÍSTICA - Ao longo do primeiro biênio da 18ª Legislatura, 644 leis, emendas constitucionais e resoluções foram produzidas

Marcados por mudanças na conjuntura econômica e política do País, os anos de 2015 e 2016, do ponto de vista do Poder Legislativo, foram avaliados, ontem, pelo presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT). Em pronunciamento na última Reunião Plenária do ano, o parlamentar destacou os trabalhos realizados ao longo do primeiro biênio da 18ª Legislatura, quando 644 leis, emendas constitucionais e resoluções foram criadas. Ele também elencou as ações que devem pautar o ano de 2017.

“Com repercussões no nosso Estado, o cenário nacional exigiu de nós, legítimos representantes do povo pernambucano, ponderação e esforços para sermos mais eficientes nestes tempos de austeridade. Em contrapartida, com a mesma postura demonstrada ao longo de seus 181 anos de história, esta

Casa se mostrou proativa na defesa dos direitos conquistados por nosso povo”, ponderou.

Nesses dois anos, foram realizadas 382 Reuniões Plenárias, com a apresentação de 1.245 proposições, entre Projetos de Resolução, de Lei Ordinária, de Lei Complementar e Propostas de Emenda à Constituição (PEC). A maioria - cerca de 75% - de iniciativa parlamentar. “Destacamos a legislação que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com Transtorno de Espectro Autista e a que concede o benefício da meia-entrada para pessoas com câncer em espetáculos artísticos-culturais e esportivos.”

De iniciativa da Mesa Diretora, a aprovação da Lei Estadual nº 15.487/2015, que trata do Transtorno de Espectro Autista, foi acompanhada pelo lançamento de uma cartilha de conscientização acerca da importância do diag-

nóstico precoce e do respeito às diferenças. Em vigor desde março, o direito da meia-entrada a pessoas com câncer (Lei Estadual nº 15.724/2016) teve origem em projeto de lei do deputado Rogério Leão (PR).

Além das proposições aprovadas, o lançamento do Portal da Transparência da Alepe, em 2015, foi apontado como ação para maior aproximação entre o Poder Legislativo e a população pernambucana. “Notamos, ainda, um salto de qualidade no desempenho da atividade parlamentar com a chegada dos novos concursados, hoje perfeitamente integrados às atividades da Casa”, completou.

O trabalho parlamentar em colegiados também foi ressaltado, como na CPI das Faculdades Irregulares e na Comissão Especial de Acompanhamento dos Casos de Microcefalia. “Dessa maneira encerramos este primeiro biênio da 18ª Legislatura com

a plena sensação de dever cumprido. No entanto, temos a certeza de que ainda há muito mais por fazer, e de que Pernambuco conta com cada membro desta Casa para, juntos, sairmos fortalecidos deste cenário de crise econômica e social que assola o País”, declarou Uchoa.

Para 2017, em sintonia com os grandes debates que ocorrem em âmbito nacional, a Assembleia vai trabalhar na elaboração de projeto de Lei Estadual Anticorrupção, por meio de Comissão Especial, presidida pelo deputado Rodrigo Novaes (PSD). E também discutirá o tema da Previdência Social em Frente Parlamentar, sob a coordenação de Sílvio Costa Filho (PRB).

Ao avaliar que o próximo biênio será marcado por ainda mais produtividade e esforço, Uchoa ressaltou o empenho da Mesa Diretora em garantir melhores condições de trabalho, acessibili-

dade e transparência no trabalho legislativo, com a inauguração do Plenário Governador Miguel Arraes, a conclusão da reforma do Edifício Senador Nilo Coelho, o início da restauração do Museu Palácio Joaquim Nabuco e a retomada da TV Alepe. “Outra amostra da missão que temos pela frente é que, dos 1.245 projetos apresentados entre 2015 e 2016, 419 se encontram em tramitação nas Comissões da Casa neste momento”, contabilizou.

**SAUDAÇÕES** – O presidente aproveitou o pronunciamento para desejar sucesso aos parlamentares que renunciaram ao cargo para assumir prefeituras em 2017: Aglaílson Júnior (PSB), Ângelo Ferreira (PSB), Lula Cabral (PSB), Botafogo (PDT), Miguel Coelho (PSB), Professor Lupércio (SD) e Raquel Lyra (PSB). Uma saudação especial foi concedida ao deputado Augusto César (PTB), que

presidiu a Reunião Ordinária desta quarta: “Pedi para que vossa excelência presidisse esta reunião como agradecimento à sua contribuição, lealdade e firmeza como primeiro vice-presidente da Mesa Diretora. Quero agradecer de coração todos os seus gestos, suas atitudes e sua maneira de ser como pessoa humana”, frisou.

O Líder da Oposição, deputado Sílvio Costa Filho (PRB), também proferiu palavras acerca do colega. “Ao longo desses dois anos, Augusto César foi correto e solidário em sua atividade. Foi uma justa homenagem do presidente”, salientou. O deputado Romário Dias (PSB) destacou que “Augusto César foi um dos melhores comandantes que esta Casa já teve”. Diante do resultado da eleição do dia 12, o petebista será substituído na Mesa Diretora pelo deputado Pastor Cleiton Collins (PP) no próximo biênio.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

# Líder do Governo comenta esforço do Estado em ano de recessão

Para Borges, Pernambuco sentiu os impactos da crise econômica nacional

“A gestão Paulo Câmara tem feito o dever de casa”, resumiu o líder do Governo, deputado Waldemar Borges (PSB), em discurso na última Reunião Plenária de 2016. Ao fazer balanço sobre o ano, ontem, o socialista reconheceu que “Pernambuco não poderia estar imune ao cenário nacional”, mas ressaltou o esforço do Estado para manter o equilíbrio das contas e apresentar bons resultados em áreas como educação, saúde e segurança pública.

“Estamos mergulhados numa crise econômica sem precedentes, fruto de medidas irresponsáveis tomadas em Brasília”, contextualizou o parlamentar, indicando que, das 27 unidades da Federação, 20 operam com o caixa “no vermelho” e oito têm pago salários em atraso. “Em regiões mais ricas que a nossa, os serviços públicos entram em colapso de maneira dramática”, descreveu.

Para Borges, Pernambuco sentiu os impactos da economia brasileira, mas conseguiu garantir a saúde fiscal ao conter despesas e buscar novas fontes de receitas. “Focamos no essencial,



JOÃO BITA

**EQUILÍBRIO - O controle das contas e os bons resultados nas áreas de educação, saúde e segurança pública foram ressaltados**

diminuímos os gastos com custeio, somos o oitavo Estado em superávit, os salários dos servidores estão garantidos e conseguimos investir R\$ 2,5 bilhões, o que não é algo trivial”, observou.

Como indicadores do bom desempenho da gestão na educação, o líder do Governo citou a implantação

de nove escolas técnicas e seis escolas de referência, a menor taxa de evasão escolar do Brasil e o fato de Pernambuco ter seis entre as dez melhores escolas públicas do País.

Na saúde, relatou o socialista, a estruturação de hospitais e a compra de equipamentos somaram R\$ 25

milhões. Além disso, a produção cirúrgica aumentou em 4,7% e a rede pública pernambucana conquistou o primeiro lugar no Nordeste em transplantes de coração e de medula óssea. “Inauguramos as UPAs de Primavera (Mata Sul) e do Arruda, abrimos novos serviços no Hospital Mestre Vitalino (Caruaru),

temos 26 unidades qualificadas como referência para a microcefalia e mantivemos o Programa Mãe Coruja acompanhando milhares de mães e crianças”, destacou.

“Os gastos com segurança pública cresceram de R\$ 3 bilhões, em 2015, para R\$ 3,5 bilhões neste ano”, registrou Borges. O deputado

lembrou, ainda, a abertura de um batalhão em Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife; reformas em delegacias; e o aumento em 10% na apreensão de drogas. “Na área de recursos hídricos”, continuou, “concluímos a Barragem de Serro Azul e o sistema produtor da Adutora do Siriji, iniciamos as obras das adutoras de Pirangi e Moxotó e retomamos a importante Adutora do Agreste, além de recuperarmos mais de 60 médias e pequenas barragens”.

Em aparte, o vice-líder do Governo, deputado Tony Gel (PMDB), acompanhou a avaliação de Waldemar Borges. O peemedebista também fez menção às dificuldades originadas na recessão da economia nacional, a que chamou de “tsunami”. “Graças a Deus, Pernambuco havia construído seus ‘diques’, inclusive com propostas que aprovamos aqui nesta Casa, e atravessamos as tormentas em situação mais tranquila que Estados muito mais ricos. Não estamos em um mar de rosas, mas conquistamos avanços importantes”, sublinhou.

## Oposição

### Sívio Costa Filho avalia desempenho do Executivo estadual

O líder da Oposição, deputado Sívio Costa Filho (PRB), fez um balanço das atividades da bancada durante o ano, bem como avaliou o desempenho do Governo do Estado no período. Reconduzido à liderança do grupo para o próximo biênio, o parlamentar também anunciou, durante a Reunião Plenária de ontem, que buscará manter o ritmo de debates em favor de Pernambuco e o trabalho de fiscalização do Executivo.

Em crítica à gestão do governador Paulo Câmara, Costa Filho disse que, apesar da crise econômica nacional, o Estado teria conseguido

um aporte significativo de verbas extras nos últimos dois anos: cerca de R\$ 1,8 bilhão. No entanto, o deputado alega que a população não viu a aplicação desses recursos em obras ou serviços que lhe garantissem mais qualidade de vida.

Para chegar a esse valor, o parlamentar citou “a venda para um banco privado do direito de operacionalização da folha de pessoal do Estado, no valor de aproximadamente R\$ 740 milhões; outros R\$ 400 milhões arrecadados pelo Executivo, graças ao Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários (Perc); mais R\$

240 milhões conseguidos com a repatriação de recursos mantidos por brasileiros no exterior; e cerca de R\$ 500 milhões acrescentados à receita estadual por meio do ajuste fiscal aprovado pela Assembleia no ano passado”.

Costa Filho comparou o “valor extra” arrecadado pela gestão de Câmara ao montante obtido pelo Governo do Estado na época de Jarbas Vasconcelos com a privatização da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), no ano 2000. “Muitos afirmam que a obra da BR-232, graças ao Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários (Perc), no valor de R\$ 1,7

bilhão. No entanto, o Executivo consegue agora uma quantia equivalente e, em vez de avanços, o que vemos são nossas conquistas ficando para trás”, analisou.

O aumento nos índices de criminalidade, os impasses nas Parcerias Público-Privadas (PPP) do Complexo Prisional de Itaquitinga e do Saneamento, os atrasos nas obras do projeto de navegabilidade do Rio Capibaribe e dívidas com hospitais públicos do Estado foram alguns dos problemas apontados pelo parlamentar na gestão de Paulo Câmara. “Pernambuco está sem rumo e, infelizmente, o Governo não



JOÃO BITA

**CRÍTICA - “População não viu aplicação de recursos”**

consegue dar respostas à sociedade”, criticou.

Em apertes, Edilson Silva (PSOL) e Bispo Ossesio Silva (PRB) parabenizaram a atuação do deputado à frente da Bancada de Oposição. “O bloco passou por momentos difíceis, mas o parlamentar

teve habilidade para garantir a integridade do grupo e manter o diálogo com a liderança do Governo”, afirmou o psolista. “Com sua condução responsável, a Oposição tem conseguido avanços para nosso Estado”, acrescentou Ossesio.

# Edilson Silva critica ação das Forças Armadas durante revistas

Militares estariam obrigando suspeitos a ficarem de joelhos durante abordagens

Procedimento que obriga suspeitos a permanecerem de joelhos durante revistas conduzidas por tropas das Forças Armadas nas ruas do Grande Recife motivou pronunciamento do presidente da Comissão de Cidadania, deputado Edilson Silva (PSOL), na Reunião Plenária de ontem.

O parlamentar comunicou que solicitou reunião para tratar do tema com o comando da Operação Leão do Norte, que dirige as ações de patrulhamento ostensivo realizadas pelas Forças Armadas na Região Metropolitana do Recife (RMR). Silva adiantou que pedirá “uma mudança de postura dos soldados e oficiais”, por não considerar o método adequado.

“Compreendemos o tipo de treinamento que o Exército recebe, sabemos que essa é uma situação de excepcionalidade, mas não podemos admitir que os cidadãos fiquem longos minutos de joelhos, enquanto têm seus documentos averiguados”, apontou, analisando, ainda, que o fato de o Estado encerrar o ano com as tropas militares nas ruas “representa o desfecho do ano duro que tivemos”.

**JORNAIS** - O deputado ainda criticou o Governo do Estado pela aquisição de mais de oito mil assinaturas do jornal Diário de Pernambuco, ao custo anual de R\$ 4,2 milhões, sem licitação. A contratação beneficiará professores da rede pública. “Em um Estado em crise,



JOÃO BITA

**OPERAÇÃO - Deputado pediu reunião com comando**

onde a população sofre sem remédios, onde as mães com filhos diabéticos estão desesperadas, não existe argumento que me convença de que garantir medicamentos na Farmácia do Estado é menos importante que um contrato com uma empresa de comunicação”, disparou Silva.

Líder do Governo, Waldemar Borges (PSB) rebateu as queixas e disse que a análise do opositorista é

“superficial”. O parlamentar relatou que a iniciativa foi muito saudada porque oferece acesso à informação aos profissionais da educação. “Também não se pode falar em remédios sem citar a falta de repasses do Governo Federal e sem falar das disputas de grandes laboratórios na Justiça. Essa maneira de abordar os assuntos descredencia a palavra da Oposição”, afirmou.

## Educação

### Teresa Leitão elogia alunos por desfecho de ocupações

O acordo realizado entre os alunos da Escola de Referência em Ensino Médio (Erem) Martins Júnior, no Recife, e a Secretaria de Educação, que encerrou a ocupação na instituição, foi elogiado pela deputada Teresa Leitão (PT), na Reunião Plenária de ontem. A iniciativa permitiu a volta às aulas, no último dia 18, e foi semelhante à de outras três escolas de referência do Estado - Alfredo Freyre, Ginásio Pernambucano e Silva Jardim.



JOÃO BITA

**BALANÇO - Maturidade**

Segundo a parlamentar, o acordo realizado entre as partes mostra a maturidade do processo de negociação e a dimensão educativa da manifestação feita pelos estudantes. “Alguns pontos que eram tabu, como a restrição à criação de grêmios estudantis nas escolas de referência, agora fazem parte desse compromisso”, apontou.

A negociação foi mediada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), com a participação da Assembleia Legislativa, Defensoria Pública do Estado e outras instituições. Das 11 escolas que

foram ocupadas no Estado, outras cinco seguem dialogando com a Secretaria e em apenas duas delas - Erem Cândido Duarte e Escola Estadual Barbosa Lima - não se chegou a um acordo.

Teresa informou, ainda, que o compromisso firmado pelo Governo incluiu melhorias na infraestrutura e na manutenção dos estabelecimentos de ensino, a emissão de certificado de conclusão do Ensino Médio até fevereiro de 2017 e a criação de instrumento de avaliação dos gestores das escolas, considerando a opinião dos alunos.

## PLENÁRIO

### Destaque para ministros pernambucanos

Os ministros pernambucanos nomeados pelo presidente Michel Temer foram elogiados, ontem, pelo deputado Romário Dias (PSD). Cinco políticos do Estado chefiam ministérios: Mendonça Filho (Educação), Roberto Freire (Cultura), Raul Jungmann (Defesa), Bruno Araújo (Cidades) e Fernando Filho (Minas e Energia). “A história prova que Pernambuco é o maior celeiro de homens dignos e prontos para ir à luta pelo bem-estar e desenvolvimento do Brasil”, considerou o parlamentar. Para ele, os ministros pernambucanos são o esteio do Governo de um presidente que já deveria ter renunciado. “Mendonça Filho está fazendo um trabalho extraordinário na educação”, destacou. “Bruno Araújo demonstra no ministério as qualidades que já exibiu como líder do Governo na Alepe”, ressaltou. “Já o papel de Fernando Filho na gestão do setor de energia mostra os bons valores de sua família”, opinou. “Roberto Freire militou comigo no movimento estudantil”, lembrou. Em relação ao ministro da Defesa, Dias parabenizou Jungmann “pela maneira como está comandando as Forças Armadas”.



### Eleições municipais em Petrolina

O deputado Odacy Amorim (PT) informou, ontem, que está questionando judicialmente uma decisão da Justiça Eleitoral durante as disputas à Prefeitura de Petrolina. O parlamentar, que ficou em segundo lugar nas eleições, considera desproporcional a punição por propaganda irregular aplicada ao seu partido e a outras legendas, quando comparada à penalidade conferida, pelo mesmo motivo, ao prefeito eleito, Miguel Coelho (PSB). Segundo o petista, a Justiça mandou retirar, juntando todos os candidatos, 300 inserções televisivas. No entanto, ele informou que a campanha do socialista foi punida com a retirada de apenas uma inserção. “Quero que a Justiça Eleitoral dê uma justificativa sobre o assunto. É fundamental que a democracia seja respeitada”, frisou. O deputado também citou a situação do Hospital Dom Malan, em Petrolina, que, atualmente, somente atende a casos de urgência. Segundo Amorim, o atendimento na unidade está prejudicado, pois o piso do setor principal afundou e o telhado corre o risco de desabar.



### Aniversário de emancipação de Cumaru

O aniversário de 53 anos da emancipação política de Cumaru, no Agreste do Estado, foi registrado pelo deputado Eriberto Medeiros (PTC), em discurso no Pequeno Expediente de ontem. O parlamentar parabenizou a população da cidade e lamentou os problemas que vêm sendo enfrentados pelo município, em razão da crise econômica nacional e da seca que atinge a região. O deputado ainda aproveitou a última Reunião Plenária do ano para agradecer a seus pares por terem-no reeleito como 4º secretário da Mesa Diretora da Assembleia. Sua permanência na liderança do Diretório Estadual do PTC também foi comentada. “Quero agradecer a oportunidade de manter o trabalho desenvolvido nesses espaços”, destacou.



### Relatório da Comissão de Microcefalia

Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento dos Casos de Microcefalia, a deputada Socorro Pimentel (PSL) anunciou, ontem, que entregará, ao Governo do Estado, novo relatório com recomendações baseadas no trabalho do colegiado ao longo dos últimos seis meses. “O documento contém informações importantes para otimizar o atendimento às crianças e às famílias na rede pública de saúde”. Para a deputada, o assunto deve permanecer na pauta do Executivo de Pernambuco. Ela também citou dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), que preveem o surgimento de mil novas ocorrências de má-formação associadas ao Zika vírus. “Apesar de a Secretaria de Saúde ter agido com rapidez, à época dos primeiros casos, a reorganização de toda uma rede não acontece de um dia para o outro”, observou. Socorro lamentou que, apesar dos avanços, as famílias ainda são “reféns” de uma dura realidade socioeconômica. “São lares cujos provedores passam a ter responsabilidades incompatíveis com a permanência no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, as crianças necessitam de cuidados especiais, que demandam maiores custos, sem garantia de direitos essenciais, como creches e benefícios continuados”, destacou.



## Atas

### ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO PLENÁRIA SOLENE DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2016

#### PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA

AOS SETE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, ÀS DEZOITO HORAS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS BISPO OSSÉSIO SILVA, BOTAFOGO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, DIOGO MORAES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, JOAQUIM LIRA, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JULIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PRISCILA KRAUSE, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, ANDRÉ FERREIRA, MIGUEL COELHO E NILTON MOTA, O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA ANUNCIA O INÍCIO DA SOLENIDADE DE HOMENAGEM A ALDO DE AZEVEDO MOTA PELOS TRINTA E TRÊS ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS A ESTA CASA, DE INICIATIVA DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA. COMPÕE-SE A MESA DOS TRABALHOS. OUVI-SE O HINO NACIONAL. O PRESIDENTE DESTACA A RESPONSABILIDADE, A ÉTICA E A COMPETÊNCIA DO HOMENAGEADO. É EXIBIDO VÍDEO SOBRE O HOMENAGEADO. OCORRE APRESENTAÇÃO MUSICAL. O PRESIDENTE ENTREGA PLACA COMEMORATIVA AO HOMENAGEADO. OCORREM MAIS DUAS APRESENTAÇÃO MUSICAIS. O HOMENAGEADO DISCORRE SOBRE A ATENÇÃO DEVIDA AO PACIENTE NO ATENDIMENTO MÉDICO. REGISTRAM-SE MENSAGENS DE CUMPRIMENTOS AO HOMENAGEADO E PRESENCAS. O PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A PRÓXIMA, REUNIÃO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA PREPARATÓRIA PARA A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DO BIÊNIO DE PRIMEIRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE A TRINTA E UM DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZENOVE, PARA AS QUINZE HORAS DA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA.

### ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO PLENÁRIA SOLENE DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016

#### PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, ÀS DEZOITO HORAS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ALUÍSIO LESSA, ANTÔNIO MORAES, ERIBERTO MEDEIROS, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOAQUIM LIRA, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, BOTAFOGO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHOA, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JULIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PRISCILA KRAUSE, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E VINÍCIUS LABANCA, LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA E NILTON MOTA, O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA ANUNCIA O INÍCIO DA SOLENIDADE DE ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO A PLÍNIO MÁRIO NASTARI, DE INICIATIVA DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES. COMPÕE-SE A MESA DOS TRABALHOS. O PRESIDENTE ABRE A REUNIÃO. OUVI-SE O HINO NACIONAL. O PRESIDENTE APONTA A ATUAÇÃO DO HOMENAGEADO NO DESENVOLVIMENTO DO MERCADO SUCROALCOOLEIRO DO ESTADO. O DEPUTADO ANTONIO MORAES DESTACA A CONTRIBUIÇÃO DO HOMENAGEADO PARA O ENGRANDECIMENTO DO SETOR DO AÇÚCAR E DO ALCÓOL DO ESTADO. O HOMENAGEADO RECEBE O TÍTULO DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES, GOLA DE CABOCLÓ-DE-LANÇA DOS DEPUTADOS ALUÍSIO LESSA E ERIBERTO MEDEIROS E EXEMPLAR DE PUBLICAÇÃO DO DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO. SUELI MORAES, ESPOSA DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES, ENTREGA RAMALHETE A RUTE BARBACELI PIRES NASTARI, ESPOSA DO AGRACIADO. O AGRACIADO AGRADECE PELA HOMENAGEM PRESTADA POR ESTA CASA. REGISTRAM-SE MENSAGENS DE CUMPRIMENTO AO HOMENAGEADO E PRESENCAS. OUVI-SE O HINO DO ESTADO. O PRESIDENTE CONVIDA OS PRESENTES A UM COQUETEL NA ÁREA EXTERNO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO POR OCASIÃO DOS CUMPRIMENTOS AO HOMENAGEADO, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, ORDINÁRIA, PARA AMANHÃ NO HORÁRIO REGIMENTAL.

### ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016

#### PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA, ERIBERTO MEDEIROS E AUGUSTO CÉSAR.

AOS TREZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, ÀS CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOEL DA HARPA, JOSÉ

HUMBERTO CAVALCANTI, JULIO CAVALCANTI, PASTOR CLEITON COLLINS, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS BOTAFOGO, DIOGO MORAES, JOAQUIM LIRA, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PEDRO SERAFIM NETO, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA E NILTON MOTA, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHOA, DECLARA ABERTA A REUNIÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS BETO ACCIOLY E ZÉ MAURÍCIO, RESPECTIVAMENTE. O SENHOR SEGUNDO-SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DAS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS REALIZADAS DO DIA SETE DO CORRENTE MÊS E NA DATA DE ONTEM, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE AS SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADAS, SÃO ASSINADAS E ENVIADAS À PUBLICAÇÃO. O SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO EXPEDIENTE, APÓS A QUAL É ASSINADO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO ÁLVARO PORTO, QUE FRISA A NECESSIDADE DE QUE ESTA CASA ESTEJA ALERTA NO SENTIDO DE PREVER OUTRAS FORMAS DE RECEITA, CHAMA A ATENÇÃO PARA A NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO CONCURSO REALIZADO EM DOIS E MIL CATORZE PARA O CARGO E AUDITOR FISCAL, BEM COMO PUGNA PELA NOMEAÇÃO IMEDIATA DOS APROVADOS, PORQUE ESTE É UM INVESTIMENTO COM RETORNO CERTO. A DEPUTADA TERESA LEITÃO INFORMA DE SUA PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIA NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM QUE SE DEBATEU ESPECIALMENTE AS CIRCUNSTÂNCIAS DA REGIÃO EM CONTRAPONTO, INCLUSIVE, COM RELAÇÃO À LEI DO FEMINICÍDIO, VALE-SE DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE SUAPE E CUIDA DE REALIZAR DESTAQUES COM RELAÇÃO ÀS CONCLUSÕES DAS PESQUISAS APRESENTADAS NAQUELA REUNIÃO. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA, QUE PARABENIZA OS DEPUTADOS ELEITOS PARA A MESA DIRETORA DESTA CASA, FRISA QUE AS DIPLOMAÇÕES DOS PREFEITOS ELEITOS NO PLEITO ELEITORAL ESTÃO SENDO REALIZADAS E FAZ REGISTRO ESPECIAL COM RELAÇÃO A DIVERSOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO CUJOS CANDIDATOS ELEITOS SÃO FILIADOS AO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO E OUTRAS LEGENDAS. EM APARTE, O DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO PARABENIZA O ORADOR PELA SUA DIPLOMACIA COMO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERTÂNIA E IGUALMENTE PARABENIZA OS COLEGAS ELEITOS. O ORADOR RETOMA A PALAVRA PARA INFORMAR DA OCORRÊNCIA DE GRAVES SITUAÇÕES NO MUNICÍPIO DE SERTÂNIA: UMA SÉRIE DE DESMANDOS E IRREGULARIDADES, SOBRETUDO COM RELAÇÃO A DOAÇÕES IRREGULARES DE TERRENOS, SUSPENSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS FUNDAMENTAIS, CHAMA A ATENÇÃO PARA A PRETENSÃO DO PREFEITO DE EXTINGUIR A AUTARQUIA MUNICIPAL CEDOCA - CENTRO DE EXCELENCIA EM DERIVADOS DE CARNE E LEITE DE CAPRINOS E OVINOS - E DOANDO O SEU PATRIMÔNIO A UMA COOPERATIVA FANTASMA, QUE É TITULARIZADA POR CORRELIGIONÁRIOS DO REFERIDO PREFEITO, BEM COMO INFORMA QUE TODOS OS ENCAMINHAMENTOS FORAM DADOS, INCLUSIVE COM NOTÍCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO. ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO JOEL DA HARPA, QUE RETRATA A MOVIMENTAÇÃO DO FINAL DE SEMANA NO TOCANTE ÀS MANIFESTAÇÕES DOS POLICIAIS MILITARES, CRITICA A POSIÇÃO DO COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR ORIENTADA PELA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL COM RELAÇÃO ÀS PRISÕES LEVADAS A CABO NA SEXTA-FEIRA, CRITICA A TRUCULÊNCIA E A FALTA DE RESPEITO DEMONSTRADA PELO GOVERNO, FRISA QUE O JUIZ EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA REPUTOU COMO ILEGAL A PRISÃO E, POR CONSEQUÊNCIA, A RELAXOU, BEM COMO RESSALTA QUE OS MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NÃO TEM PREPARO ADEQUADO PARA REALIZAR POLICIAMENTO OSTENSIVO EM RUA. EM APARTE, O DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO PARABENIZA O ORADOR PELA POSTURA E CONDUTA NESTE PROCESSO E FRISA QUE O GOVERNO ESTADUAL TEM ERRADO NA FORMA E NA CONSTRUÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES. EM APARTE, O DEPUTADO EDILSON SILVA SOLIDARIZA-SE COM OS GESTOS POLÍTICOS REALIZADOS PELOS POLICIAIS MILITARES. O ORADOR RETOMA E PUGNA QUE O GOVERNO ESTADUAL NÃO SE LIMITE À CONVOCAÇÃO DAS MIL E QUINHENTAS VAGAS PREVISTAS NO EDITAL DO ÚLTIMO CONCURSO, MAS CONVOQUE MAIS, TENDO EM VISTA A EVIDENTE NECESSIDADE. EM APARTE, O DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA JULGA NECESSÁRIA MAIOR SERENIDADE NO DEBATE, FAZENDO CONTRAPONTO COM RELAÇÃO À SITUAÇÃO EXPERIMENTADA PELO GOVERNADOR QUE SE VIU OBRIGADO A REQUERER AUXÍLIO FEDERAL. O ORADOR RETOMA E DIZ QUE JAMAIS HOUE QUALQUER MENÇÃO A GREVE POR SUA PARTE OU POR PARTE DOS MANIFESTANTES. EM APARTE, O DEPUTADO RODRIGO NOVAES REITERA SEU RESPEITO PELA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO E INFORMA QUE TEM VISTO NO GOVERNO ESTADUAL UMA DISPOSIÇÃO MUITO GRANDE PARA O DIÁLOGO, RAZÃO PELA QUAL VÊ COM TRISTEZA OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO, QUE REALIZA UMA EXPLANAÇÃO ACERCA DOS RESTOS A PAGAR DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO QUE TEM CAUSADO MUITA PREOCUPAÇÃO NA BANCADA DE OPOSIÇÃO, INFORMA DA PROXIMIDADE DO LIMITE FISCAL PRUDENCIAL, CHAMA A ATENÇÃO PARA A SITUAÇÃO CALAMITOSA DAS FINANÇAS DO ESTADO, BEM COMO PUGNA PELA PRESENÇA DO SECRETÁRIO DA FAZENDA ESTADUAL PARA QUE AS CONTAS ANUAIS SEJAM PRESTADAS. EM APARTE, A DEPUTADA PRISCILA KRAUSE FRISA QUE IGUALMENTE OS SEUS ESTUDOS REFLETEM MUITA PREOCUPAÇÃO COM RELAÇÃO AOS RESTOS A PAGAR E CUIDA DE RETRATAR OS DADOS ESTATÍSTICOS A QUE TEVE ACESSO EM SEUS ESTUDOS. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA, EM QUE SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA O PARECER DE REDAÇÃO FINAL Nº 3412/2016, QUE OFERECE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1030/2016 E O PARECER DE REDAÇÃO FINAL Nº 3413/2016 QUE OFERECE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1150/2016; ABERTA A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1096/2016, NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O SENHOR PRESIDENTE PROCEDE À VOTAÇÃO NOMINAL. OCUPA A CADEIRA DE PRIMEIRO SECRETÁRIO O DEPUTADO ROMÁRIO DIAS. VOTAM "SIM" OS DEPUTADOS ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHOA, JOÃO EUDES, JOEL DA HARPA, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO (VINTE E CINCO PARLAMENTARES) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, BOTAFOGO, DIOGO MORAES, DR. VALDI, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, HENRIQUE QUEIROZ, JOAQUIM LIRA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JÚLIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, ROGÉRIO LEÃO, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, POR SE ENCONTRAREM AUSENTES DO PLENÁRIO, E O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA "C", DO REGIMENTO INTERNO (VINTE E QUATRO PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1137/2016. NA SEGUNDA VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM PARA O FIM DE Apreciação DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1.137, FOI CONSTATADO O QUÓRUM REGIMENTAL. EM QUESTÃO DE ORDEM, O DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO INFORMA QUE A BANCADA DA OPOSIÇÃO DISCORDA VEEMENTEMENTE DO EXPEDIENTE PROCRASTINATÓRIO PARA O FIM DE VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM COM RELAÇÃO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1.137/2016, POR ISSO O ORADOR INFORMA QUE BANCADA DE OPOSIÇÃO DELIBERARÁ SOBRE SE PERMANECERÁ EM PLENÁRIO. EM QUESTÃO DE ORDEM, O DEPUTADO TONY GEL APELA AO LÍDER DA OPOSIÇÃO QUE RECONSIDERE A DECISÃO LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE OS PARLAMENTARES ESTAVAM EXERCÍCIO DA FUNÇÃO APENAS EM LOCAL DIVERSO DO PLENÁRIO. EM QUESTÃO DE ORDEM, O DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO CHAMA A ATENÇÃO PELA NECESSIDADE DE ADIAMENTO DA DISCUSSÃO ESPECIALMENTE COM RELAÇÃO AO PROJETO TOCANTE AO IPVA. EM QUESTÃO DE ORDEM, O DEPUTADO TONY GEL APELA AO DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO QUE PELO MENOS REALIZE A DISCUSSÃO DA MATÉRIA. EM QUESTÃO DE ORDEM, O DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO REITERA AS SUAS RAZÕES. ABERTA A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1137/2016, NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O SENHOR PRESIDENTE PROCEDE À VOTAÇÃO NOMINAL. VOTAM "SIM" OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOEL DA HARPA, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO (VINTE E OITO PARLAMENTARES) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, BOTAFOGO, DIOGO MORAES, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, JOAQUIM LIRA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JÚLIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, ROGÉRIO LEÃO, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, POR SE ENCONTRAREM AUSENTES DO PLENÁRIO, E O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA "C", DO REGIMENTO INTERNO (VINTE E UM PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1137/2016. ABERTA A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1141/2016, NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O SENHOR PRESIDENTE PROCEDE À VOTAÇÃO NOMINAL. VOTAM "SIM" OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOEL DA HARPA, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO (VINTE E OITO PARLAMENTARES) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, BOTAFOGO, DIOGO MORAES, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, JOAQUIM LIRA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JÚLIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, ROGÉRIO LEÃO, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, POR SE ENCONTRAREM AUSENTES DO PLENÁRIO, E O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA "C", DO REGIMENTO INTERNO (VINTE E UM PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1141/2016. ABERTA A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1143/2016, NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O SENHOR PRESIDENTE PROCEDE À VOTAÇÃO NOMINAL. VOTAM "SIM" OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO

## PODER LEGISLATIVO

**MESA DIRETORA:** Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Augusto César; **2º Vice-Presidente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Romário Dias; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Suplente**, Deputado André Ferreira; **2º Suplente**, Deputado Rogério Leão; **3º Suplente**, Deputado Beto Accioly; **4º Suplente**, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Cristiane Alves de Lima; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Sheila Carina de Aquino Cunha; **Superintendente Administrativo** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Maria Margarida Freire Novaes; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Franclinn Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Dourado; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Helena Castro de Alencar; **Editora** - Verônica Barros; **Subeditores** - Cláudia Lucena e Isabelle Costa Lima; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa, João Bitá, Rinaldo Marques e Henrique Genecy (estagiário); **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: [scm@alepe.pe.gov.br](mailto:scm@alepe.pe.gov.br)



**Nosso endereço na Internet:** <http://www.alepe.pe.gov.br>

EUDES, JOEL DA HARPA, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO (VINTE E OITO PARLAMENTARES) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, BOTAFOGO, DIOGO MORAES, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, JOAQUIM LIRA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JÚLIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, ROGÉRIO LEÃO, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, POR SE ENCONTRAREM AUSENTES DO PLENÁRIO, E O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA “C”, DO REGIMENTO INTERNO (VINTE E UM PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1143/2016. ABERTA A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1145/2016, NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O SENHOR PRESIDENTE PROCEDE À VOTAÇÃO NOMINAL. VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO (TRINTA PARLAMENTARES) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS BOTAFOGO, DIOGO MORAES, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, JOAQUIM LIRA, , JÚLIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, ROGÉRIO LEÃO, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, POR SE ENCONTRAREM AUSENTES DO PLENÁRIO, E O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA “C”, DO REGIMENTO INTERNO (DEZENOVE PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1145/2016. ABERTA A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1068/2016, **O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO EDILSON SILVA, QUE INFORMA DE FUTURA APRESENTAÇÃO DE EMENDA DE INTERSTÍCIO COM RELAÇÃO AO REFERIDO PROJETO DE LEI.** O SENHOR PRESIDENTE PROCEDE À VOTAÇÃO NOMINAL. VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO (TRINTA PARLAMENTARES) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS BOTAFOGO, DIOGO MORAES, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, JOAQUIM LIRA, , JÚLIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, ROGÉRIO LEÃO, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, POR SE ENCONTRAREM AUSENTES DO PLENÁRIO, E O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA “C”, DO REGIMENTO INTERNO (DEZENOVE PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1068/2016. ABERTA A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1142/2016, NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O SENHOR PRESIDENTE PROCEDE À VOTAÇÃO NOMINAL. VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO (TRINTA PARLAMENTARES) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS BOTAFOGO, DIOGO MORAES, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, JOAQUIM LIRA, JÚLIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, ROGÉRIO LEÃO, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, POR SE ENCONTRAREM AUSENTES DO PLENÁRIO, E O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA “C”, DO REGIMENTO INTERNO (DEZENOVE PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1127/2016 COM VOTO CONTRÁRIO DA DEPUTADA PRISCILA KRAUSE; SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NS. 1128/2016, 1129/2016, 1130/2016, 1131/2016; ABERTA A DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N 1132. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO, QUE REGISTRA A POUCA TRANSPARÊNCIA DO PRESENTE PROJETO, TENDO EM VISTA A INCORPORAÇÃO DE AUMENTO DE IMPOSTO SOBRE O DIESEL CONSUMIDO PELAS TERMOELÉTRICAS DO ESTADO E QUESTIONA SOBRE A CONVENIÊNCIA DE AUMENTO DE IMPOSTOS EM UM MOMENTO COMO O PRESENTE. EM APARTE, O DEPUTADO TONY GEL AGRADECE A COMPREENSÃO DO ORADOR PELA NECESSIDADE DE APRECIÇÃO DAS MATÉRIAS HOJE JULGADAS, DEFENDE O AUMENTO PREVISTO NO IMPOSTO, REMEMORA QUE NESTE ANO HOUVE UMA SÉRIE DE INCENTIVOS CONCEDIDOS POR ESTA MESMA CASA, RAZÃO PELA QUAL SE FAZ NECESSÁRIO CONTRABALANÇAR A BALANÇA FISCAL. O ORADOR RETOMA A PALAVRA E CRITICAA JUSTIFICATIVA CONTIDA NO PROJETO. EM APARTE, A DEPUTADA PRISCILA KRAUSE REFORÇA AS SUAS RAZÕES PELO SEU VOTO CONTRÁRIO COM RELAÇÃO AO AUMENTO DE TRIBUTOS, O QUE SE DÁ EM RAZÃO DE NÃO EXISTIR UMA CORRESPONDENTE REANÁLISE DO MODELO DE DESPESAS. O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 1132/2016 É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO COM VOTOS CONTRÁRIOS DOS DEPUTADOS PRISCILA KRAUSE, JOEL DA HARPA, BISPO OSESSIO SILVA, SÍLVIO COSTA, EDÍLSON SILVA, TERESA LEITÃO E SOCORRO PIMENTEL. É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N. 1133/2016; ABERTA A DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N. 1135/2016, O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO TONY GEL, QUE ANUINDO COM PEDIDO DA BANCADA DE OPOSIÇÃO, PUGNA PELA RETIRADA DO PROJETO DA PAUTA. O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N. 1135/2016 É RETIRADO DE PAUTA. É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N. 1138/2016; SÃO APROVADOS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NS. 1083/2016, 1093/2016, 1099/2016, 1100/2016. SÃO APROVADAS AS INDICAÇÕES NS. 5660/2016 A 5666/2016. ABERTA A DISCUSSÃO ÚNICA DO REQUERIMENTO N. 2616/2016, NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O SENHOR PRESIDENTE PROCEDE À VOTAÇÃO NOMINAL. VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO (TRINTA PARLAMENTARES) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS BOTAFOGO, DIOGO MORAES, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, JOAQUIM LIRA, JÚLIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, LULA CABRAL, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PROFESSOR LUPÉRCIO, RAQUEL LYRA, ROGÉRIO LEÃO, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, POR SE ENCONTRAREM AUSENTES DO PLENÁRIO, E O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA “C”, DO REGIMENTO INTERNO (DEZENOVE PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA DO REQUERIMENTO N. 2616/2016. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PRIMEIRA COMISSÃO O PROJETO N. 1152/2016. ENCAMINHA-OS À PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO, BEM COMO AS INDICAÇÕES NS. 5680/2016 A 5708/2016 E OS REQUERIMENTOS NS. 2630/2016 A 2639/2016. ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA AS DEZOITO HORAS DO DIA DE HOJE PARA COMEMORAR OS 100 ANOS DE NASCIMENTO DE PAULO PESSOA GUERRA, CONSOANTE O REQUERIMENTO DO DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI.

## Expediente

**CENTÉSIMA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2016.**

## EXPEDIENTE

**PARECER Nº 3520** - MESA DIRETORA opinando favorável ao Projeto de Resolução Desarquivado nº 2083.  
 À Imprimir.

X X X X X X X X X X

**PARECERES NºS 3521 E 3522** - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos nºs 968 e 1147.  
 À Imprimir.

X X X X X X X X X X

**OFÍCIO Nº 918/2016** - DO DEPUTADO PROFESSOR LÚPERCIO comunicando sua renúncia ao mandato de Parlamentar a partir de 1º de janeiro 2017, em conformidade com o art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, para tomar posse no cargo de Prefeito do município de Olinda.  
 À Publicação.

X X X X X X X X X X

**OFÍCIO Nº 88/2016** - DA DEPUTADA RAQUEL LYRA comunicando, nos termos do artigo 37 do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, sua renúncia ao mandato de Deputada Estadual a partir de 1º de janeiro de 2017, para tomar posse no cargo de Prefeita do município de Caruaru.  
 À Publicação.

X X X X X X X X X X

**OFÍCIO Nº 036/2016** - DO DEPUTADO LULA CABRAL comunicando sua renúncia ao mandato de Parlamentar a partir de 1º de janeiro 2017, em conformidade com o art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, para tomar posse no cargo de Prefeito do município de Cabo de Santo Agostinho.  
 À Publicação.

X X X X X X X X X X

**OFÍCIO S/Nº** - DO DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA comunicando sua renúncia ao mandato de Deputado Estadual a partir de 1º de janeiro 2017, em conformidade com o art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, para tomar posse no cargo de Prefeito do município de Sertânia.  
 À Publicação.

X X X X X X X X X X

**OFÍCIO Nº 059/2016** - DO DEPUTADO AGLAILSON JÚNIOR comunicando sua renúncia ao mandato de Deputado Estadual a partir de 1º de janeiro 2017, em conformidade com o art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, para tomar posse no cargo de Prefeito do município de Vitória de Santo Antão.  
 À Publicação.

X X X X X X X X X X

**OFÍCIO Nº 453/2016** - DO DEPUTADO MIGUEL COELHO informando, nos termos do art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, sua renúncia ao mandato de Deputada Estadual a partir de 1º de janeiro de 2017, para exercer o mandato de Prefeito do município de Petrolina.  
 À Publicação.

X X X X X X X X X X

**OFÍCIO Nº 50/2016** - DO DEPUTADO BOTAFOGO comunicando sua renúncia ao mandato de Deputado Estadual a partir de 1º de janeiro 2017, em conformidade com o art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, para tomar posse no cargo de Prefeito do município de Carpina.  
 À Publicação.

X X X X X X X X X X

**OFÍCIO Nº 911/2016** - DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL comunicando a liberação de recursos a esse Estado, referente ao Cronograma de Desembolso do Convênio/Cadastro SIAFI/nº 792988, conforme processo nº 59100.000802/2013-67.  
 À 2ª Comissão.

X X X X X X X X X X

**OFÍCIO Nº 707902** – DO COORDENADOR - GERAL DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL indicando a inclusão dos Deputados Ricardo Costa, Socorro Pimentel, Lucas Ramos, Bispo Ossésio Silva e Tony Gel, para compor a referida Frente Parlamentar.  
 À Publicação.

X X X X X X X X X X

**COMUNICADOS NºS 109300 A 109399, 109400 A 109499 E 109500 A 109599** - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.  
 Às 2ª e 5ª Comissões.

X X X X X X X X X X

## Ofícios

### Ofício nº 50/2016

Recife, 20 de dezembro de 2016.

Senhor Presidente,

Venho apresentar a minha renúncia ao mandato Parlamentar a partir do dia 1º de janeiro de 2017, em conformidade com o art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, pois em 1º de janeiro de 2017 estarei tomando posse no mandato de Prefeito do município de Carpina.

**MANUEL SEVERINO DA SILVA**  
 Deputado Estadual

A  
 Sua Excelência o Senhor  
 Deputado GUILHERME UCHÔA  
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

**Com firma reconhecida**

### Ofício nº 453/2016.

Recife (PE), 20 de dezembro de 2016.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho pelo presente, nos termos do Art. 37 § 1º, do regimento Interno deste Poder legislativo, informar a minha renúncia ao mandato de Deputado Estadual, a partir do dia 01/01/2017, para exercer o mandato de Prefeito, do município de Petrolina.

Antecipadamente nossos protestos de elevada e distinta consideração.

**MIGUEL DE SOUZA LEÃO COELHO**  
 Deputado Estadual

**Com firma reconhecida**

### OF. GAB. DEP. AJ Nº 059/2016.

Recife, 20 de dezembro de 2016.

Senhor Presidente,

Venho à presença da Mesa Diretora desta respeitável Casa Legislativa, apresentar minha RENÚNCIA ao mandato de Deputado Estadual a partir de 01 de janeiro de 2017, de maneira irrevogável e irretirável, em conformidade com o que dispõe o Capítulo IV, Seção II, § 1º do Artigo 37 do Regimento Interno, pois em 1º de janeiro de 2017 estarei tomando posse no mandato de Prefeito do Município de Vitória de Santo Antão.

Sou imensamente grato à equipe de meu gabinete que sempre me ajudou, sem os quais não poderia haver bons serviços.

Tenho muito orgulho e satisfação da convivência respeitosa com todos do poder Legislativo e demais órgãos que compõem a Administração desta Casa como um todo, por ter me proporcionado nestes mais de treze anos, enorme aprendizado, onde procurei dedicar elevado percentual do meu tempo em prol do povo, que me elegeu.

Ao povo só tenho a agradecer pela confiança e pelo carinho caracterizados nas eleições em que tive a oportunidade de concorrer e sair vitorioso nas urnas, durante os meus quatro mandatos 2002/2006/2010/2014.

Por fim, gostaria de deixar um agradecimento especial, primeiramente a Deus por me dar força para lutar, a todos da minha família que sempre estiveram ao meu lado nessa caminhada, aos servidores de um modo geral, aos companheiros políticos, e principalmente ao povo de Pernambuco, particularmente ao povo de minha querida e aguerida Vitória de santo Antão pela confiança em mim depositada.

Isto posto, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer o reconhecimento da presente RENÚNCIA.

**JOSÉ AGLAILSON QUERALVARES JÚNIOR**  
Deputado Estadual

A  
Excelentíssimo Senhor  
Deputado GUILHERME UCHÔA  
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

**Com firma reconhecida**

Recife, 19 de dezembro de 2016.

A  
Sua Excelência o Senhor  
Deputado GUILHERME UCHÔA  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Ref: Renúncia ao Mandato de Deputado Estadual de Pernambuco.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Por convocação da população de Sertânia, aceitei o desafio de concorrer, mais uma vez, ao cargo de Prefeito municipal, tendo sido eleito no pleito de 02 de outubro de 2016.

Durante os exercícios de 3(três) mandatos de Deputado Estadual, procurei sempre atender os anseios da população pernambucana exercendo meus mandatos da melhor forma possível, tanto no plenário, como nos trabalhos das comissões e no atendimento aos pleitos dos municípios que aqui represento, pela vontade dos seus eleitores, especialmente os do Sertão e Agreste, mas também da Capital e de outras regiões.

Agradeço aos colegas Deputados e Deputadas, servidores da Casa, profissionais da imprensa, pelo convívio harmonioso durante os meus mandatos, ressaltando que a experiência adquirida no parlamento estadual, será de grande valia na minha vida e nas próximas missões em cargos públicos que venha a cumprir, como no executivo de Sertânia, sempre pautando as ações nos princípios que regem a administração pública, visando o bem-estar do povo.

Tendo em vista que tomarei posse como Prefeito e de acordo com o estabelecido no art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, comunico a minha RENÚNCIA ao mandato de DEPUTADO ESTADUAL DE PERNAMBUCO, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

**ÂNGELO RAFAEL FERREIRA DOS SANTOS**  
Deputado Estadual

**Com firma reconhecida**

## Ofício nº 036 Gab-LC

Recife, 19 de dezembro de 2016.

Senhor Presidente,

Venho apresentar a minha renúncia ao mandato Parlamentar a partir do dia 1º de janeiro de 2017, em conformidade com o art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, pois em 1º de janeiro de 2017 estarei tomando posse no mandato de Prefeito do município do Cabo de Santo Agostinho.

**LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO**  
Deputado Estadual

A  
Sua Excelência o Senhor  
Deputado GUILHERME UCHÔA  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

**Com firma reconhecida**

## Ofício nº 88/2016

Recife, 19 de dezembro de 2016.

A  
Sua Excelência o Senhor  
Deputado GUILHERME UCHÔA  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

**Ofício nº 88/2016**

Assunto: Renúncia ao Mandato

Comunico, nos termos do artigo 37, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a minha renúncia ao mandato de Deputada Estadual a partir de 1º/01/2017, para tomar posse no cargo de Prefeita do município de Caruaru.

Diante do exposto, solicito, observando os trâmites do regimento Interno, a leitura do pedido de renúncia na primeira reunião ordinária que houver e ato contínuo, a publicação no Diário do Poder Legislativo, para que surta os efeitos legais.

Atenciosamente,

**RAQUEL TEIXEIRA LYRA**  
Deputada Estadual

**Com firma reconhecida**

## Ofício nº 918/2016

Recife, 19 de dezembro de 2016.

Senhor Presidente,

Venho apresentar a minha renúncia ao mandato Parlamentar a partir do dia 1º de janeiro de 2017, em conformidade com o art. 37 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, pois em 1º de janeiro de 2017 estarei tomando posse no mandato de Prefeito do município de Olinda.

**LUPÉRCIO CARLOS DO NASCIMENTO**  
Deputado Estadual

A  
Sua Excelência o Senhor  
Deputado GUILHERME UCHÔA  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

**Com firma reconhecida**

## Parecer de Comissão

### Parecer Nº 3522/2016

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Complementar nº 1147/2016, já aprovado com suas Emendas e respectiva Subemenda, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Dispõe sobre o regime de trabalho de dedicação exclusiva do cargo de Professor do Grupo Ocupacional Magistério Superior da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE.

Art. 1º O regime de trabalho de dedicação exclusiva do cargo público de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério Superior da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE, fica disciplinado pelas normas estabelecidas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva é incompatível com qualquer atividade remunerada de natureza pública ou privada, salvo as de natureza pedagógica, promovidas pela UPE, de pesquisa, de desenvolvimento científico ou de inovação e nos casos previstos na Lei Federal Complementar nº 13.243 de 2016.

Art. 2º Podem requerer o regime de dedicação exclusiva os professores da UPE com jornada de trabalho correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, que exerçam o magistério superior, e desenvolvam atividades de pesquisa, de extensão ou de gestão no âmbito da UPE ou de órgão da administração direta ao qual esteja vinculada.

Parágrafo único. Os servidores cujos requerimentos sejam aprovados pela Reitoria da UPE e autorizados pela Câmara de Política de Pessoal do Estado – CPP poderão perceber a gratificação por regime de dedicação exclusiva, na forma prevista no art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2007, e na Lei Complementar nº 195, de 9 de dezembro de 2011.

Art. 3º A passagem do servidor para o regime de dedicação exclusiva fica condicionada à avaliação específica e criteriosa da UPE, à autorização da Câmara de Política de Pessoal e ao cumprimento dos seguintes requisitos:

I - perceber a gratificação por regime de dedicação exclusiva por um período mínimo de 04 (quatro) anos ininterruptos; e,

II - exercer o magistério superior e desenvolver atividades de pesquisa, extensão ou gestão no âmbito da UPE ou de órgão da administração direta ao qual esteja vinculada.

§ 1º Cabe à UPE realizar, a cada 4 (quatro) anos, avaliação específica e criteriosa quanto aos servidores com dedicação exclusiva, sem prejuízo da avaliação de desempenho anual disciplinada em legislação própria.

§ 2º Os critérios para avaliação específica de que trata este artigo serão definidos em Decreto.

Art. 4º Fica vedada a permanência no regime de dedicação exclusiva do servidor que:

I - for considerado inapto na avaliação de dedicação exclusiva realizada pela UPE a cada 04 (quatro) anos;

II - deixar de realizar ou for considerado inapto na avaliação de desempenho anual por dois anos consecutivos dos professores do Grupo Ocupacional Magistério Superior da UPE; ou,

III - deixar, a qualquer tempo, de exercer o magistério superior, e desenvolver atividades de pesquisa, extensão ou gestão, no âmbito da UPE ou do órgão da administração direta ao qual esteja vinculada.

Art. 5º O servidor poderá solicitar desligamento da dedicação exclusiva e retorno ao regime de trabalho anterior, devendo ser cumprido, necessariamente, o planejamento semestral das atividades docentes da UPE.

Parágrafo único. O servidor desligado da dedicação exclusiva só poderá requerer o seu retorno ao mesmo após 02 (dois) anos contados da saída, na forma prevista nos arts. 2º e 3º.

Art. 6º Aos servidores que passarem para o regime de dedicação exclusiva, nos termos do art. 3º, será aplicada a tabela de vencimento estabelecida no Anexo Único, ficando vedada a acumulação com quaisquer gratificações, inclusive a de incentivo à titulação.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica incentivos para a participação em atividades de natureza pedagógica, promovidas ou apoiadas pela UPE, de pesquisa, desenvolvimento científico e inovação tecnológica, assim como às gratificações de função, direção, assessoramento e representação de cargos em comissão alocados na UPE ou no órgão da administração direta ao qual esteja vinculada, e nos casos previstos Lei Federal Complementar nº 13.243 de 2016.

Art. 7º Os professores do Grupo Ocupacional Magistério Superior da UPE podem se aposentar no regime de dedicação exclusiva desde que, no ato da aposentação, estejam, por, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos no referido regime, sem prejuízo das normas previdenciárias em vigor.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga-se o art. 3º da Lei Complementar nº 195, de 9 de dezembro de 2011.

## ANEXO ÚNICO

## Tabela Vencimental do Regime de Dedicção Exclusiva

MATRIZES	SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 2%)						
	I						
ASSOCIADO (Doutorado com tese original)	13.575,73	13.711,49	13.848,60	13.987,09	14.126,96	14.268,23	14.410,91
ADJUNTO (Doutorado)	10.442,87	10.547,30	10.652,77	10.759,30	10.866,89	10.975,56	11.085,32
ASSISTENTE (Mestrado)	8.002,81	8.082,84	8.163,67	8.245,31	8.327,76	8.411,04	8.495,15
AUXILIAR (Graduação com Especialização)	6.284,60	6.347,45	6.410,92	6.475,03	6.539,78	6.605,18	6.671,23
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES	II						
ASSOCIADO (Doutorado com tese original)	14.699,11	14.846,10	14.994,56	15.144,51	15.295,96	15.448,92	15.603,41
ADJUNTO (Doutorado)	11.307,01	11.420,08	11.534,28	11.649,62	11.766,12	11.883,78	12.002,62
ASSISTENTE (Mestrado)	8.665,04	8.751,69	8.839,21	8.927,60	9.016,88	9.107,05	9.198,12
AUXILIAR (Graduação com Especialização)	6.804,65	6.872,70	6.941,43	7.010,84	7.080,95	7.151,76	7.223,28
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES	III						
ASSOCIADO (Doutorado com tese original)	15.915,50	16.074,66	16.235,41	16.397,76	16.561,74	16.727,36	16.894,63
ADJUNTO (Doutorado)	12.242,69	12.365,12	12.488,77	12.613,66	12.739,80	12.867,20	12.995,87
ASSISTENTE (Mestrado)	9.382,09	9.475,91	9.570,67	9.666,38	9.763,04	9.860,67	9.959,28
AUXILIAR (Graduação com Especialização)	7.367,75	7.441,43	7.515,84	7.591,00	7.666,91	7.743,58	7.821,02
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES	IV						
ASSOCIADO (Doutorado com tese original)	17.232,53	17.404,86	17.578,91	17.754,70	17.932,25	18.111,57	18.292,69
ADJUNTO (Doutorado)	13.255,79	13.388,35	13.522,23	13.657,45	13.794,02	13.931,96	14.071,28
ASSISTENTE (Mestrado)	10.158,47	10.260,05	10.362,65	10.466,28	10.570,94	10.676,65	10.783,42
AUXILIAR (Graduação com Especialização)	7.977,44	8.057,21	8.137,78	8.219,16	8.301,35	8.384,36	8.468,20
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1%)	a	b	c	d	e	f	g
PROFESSOR TITULAR (Doutorado com tese original)	Faixa única	14.332,13					

Everaldo Cabral  
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,  
em 20 de dezembro de 2016.

Presidente: Francismar Pontes.

Relator : Everaldo Cabral.

Favoráveis os (4) deputados: Augusto César, Dr. Valdi, Everaldo Cabral, Francismar Pontes.

REPUBLICADO

## Atas de Comissões

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às onze horas do dia nove de março de dois mil e dezesseis, no Plenarinho II, do Anexo VI, localizado na Rua da União, nº 356 - Recife Pernambuco, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico. Reuniram-se sob a presidência do Deputado Ângelo Ferreira os Deputados: Adalto Santos, Augusto César e Rogério Leão membros titulares, e Aluísio Lessa, Marcantônio Dourado Zé Maurício, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, com a distribuição dos Projetos de Lei constantes na Pauta definindo os relatores a seguir: Projeto de Lei Ordinária nº 690/2016 de autoria do Deputado Ângelo Ferreira, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária nº 691/2016, de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti, relator Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 695/2016 de autoria do Deputado Rogério Leão, relator Deputado Adalto Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 698/2016 de autoria do Deputado Everaldo Cabral, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária nº 699/2016 de autoria da Deputada Socorro Pimentel, relator Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 701/2016 de autoria do Deputado Zé Maurício, relator Deputado Adalto Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 702/2016 de autoria do Deputado Zé Maurício, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária nº 703/2016 de autoria do Deputado Zé Maurício, relator Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 705/2016 de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, relator Deputado Adalto Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 706/2016 de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Augusto César; Dando continuidade aos trabalhos o Presidente pôs em discussão os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Ordinária nº 621/2015, de autoria do Deputado Edilson Silva, relator Deputado Augusto César – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 657/2016, de autoria do Deputado Henrique Queiroz, relator Deputado Aluísio Lessa - Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 659/2016, de autoria do Deputado Rogério Leão, relator Deputado Adalto Santos - Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 673/2016, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Marcantônio Dourado – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 674/2016, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Augusto César – Aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2016, de autoria da comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular ao Projeto de Lei Ordinária nº 516/2015, de autoria do Deputado Beto Accioly, relator Deputado Adalto Santos – Aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos Projeto de Lei Ordinária nº 575/2015 e 577/2015, de autoria respectivamente, dos Deputados Miguel Coelho e Henrique Queiroz, relator Deputado Aluísio Lessa – Aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 587/2015, de autoria do Deputado Beto Accioly, relator Deputado Rogério Leão – Aprovado por unanimidade. A seguir o Senhor presidente pôs em discussão o Ofício nº 011/2016, de sua autoria convidando o Procurador Geral do Estado, Antônio César Caúla Reis, para comparecer a uma Audiência Pública neste Colegiado Técnico, com a finalidade de tratar da rescisão do contrato de concessão firmado entre o Governo do Estado e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A, no sentido de esclarecer detalhes da referida rescisão do contrato. Todos os membros presentes apoiaram a ideia e parabenizaram o Presidente pela iniciativa, e ressaltaram que estão sendo abordados por pessoas que querem explicações do fato. Ainda, a referida iniciativa é válida para que o Procurador nos dê embasamentos sobre esta questão, tendo em vista que a ação visa preservar os cofres públicos do Estado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente deu por encerrada a presente Reunião, convocando outra, para a próxima quarta-feira às onze horas, no Plenarinho II, do Anexo VI, desta Casa Legislativa. E do que para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente Ata que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Ângelo Ferreira  
Presidente

MEMBROS TITULARES:  
Deputado Luíla Cabral

MEMBROS SUPLENTEs:  
Deputado Rodrigo Novaes  
Deputado Zé Maurício

### ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2015.

#### TEMA: “MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS – PIDESC”.

Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às nove horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, dia 15 de setembro de 2015, realizou-se a presente Audiência Pública para tratar de questões referentes ao monitoramento de Direitos Humanos. A Audiência contou com a presença do Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Presidente Deputado Edilson Silva que agradeceu a presença de todos e deu início a Audiência Pública passando a compor a Mesa com os seguintes convidados: a Deputada Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alepe e autora do Requerimento para a realização da audiência, a Vereadora Isabela de Roldão, vereadora do Recife, a Sra. Roseli Arantes, assessora da FETAPE, o Dr. Natuch Lira, advogado do CENDHC, A Sra. Edna Jatobá, Coordenadora Executiva do GAJOP e a Sra. Carolina Malinconico, Coordenadora de Trabalho e Renda da Secretaria da Mulher, representando a Secretária Sílvia Cordeiro. O Presidente iniciou a audiência justificando o atraso devido uma reunião anterior que encerrou fora do horário previsto. Informou que alguns deputados provavelmente compareceriam posteriormente e citou as ausências da: Secretária de Saúde, Secretária de Defesa Social, Secretária de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e da Secretária de Justiça e Direitos Humanos. Disse que a audiência foi fruto do Requerimento da Deputada Teresa Leitão e tinha o objetivo de debater o monitoramento da implementação do pacto internacional dos direitos econômicos sociais e culturais. Informou que convidou os órgãos do governo que teriam contribuições importantes a fazer e lamentou a ausência dos representantes. Que a audiência tinha o papel de ajudar a sociedade a estabelecer um mínimo processo de controle social sobre as políticas públicas que visam atender as demandas da população. Em seguida a palavra foi passada para a Deputada Teresa Leitão, que agradeceu e saudou todos da Mesa. Citou a importância da audiência e informou que foi procurada pela FETAPE para analisar o monitoramento feito pela sociedade civil em Pernambuco. Disse que o Pacto pela Vida era uma conquista e no Estado se vivia uma conjuntura de muita dificuldade em relação ao respeito aos direitos humanos, inclusive no espaço da Alepe. Que o relatório do monitoramento focava a violência de modo geral, mas destacava pontos que eram objeto de investigação como: a violência contra a mulher, a violência contra a juventude, a violação de direitos humanos aos povos indígenas em Pernambuco, a violência urbana e o assassinato de jovens da periferia, a violência contra crianças e adolescentes, a violência contra crianças e adolescentes LGBT, a violência no campo, a violência na cidade, a violação nas comunidades tradicionais de pescadores, a violência no sistema carcerário, a violência contra a população LGBT, a violação de direitos junto a população trans, a comunicação e as violações praticadas pelos meios de comunicação hegemônicos local. Finalizou agradecendo a Comissão de Direitos Humanos e desejou uma boa audiência. Em seguida o Dr. Natuch Lira saudou todos e fez um resgate do processo de monitoramento e dos relatórios apresentados pela sociedade civil. Disse que as organizações construíram em 1999 o primeiro relatório sobre a situação da implementação do monitoramento no Estado Brasileiro. O documento foi enviado para o Comitê da ONU e este se pronunciou em 2003 com algumas recomendações para a sociedade brasileira. Em 2005/2007 foi feito o segundo relatório, construído com base em seminários e debates municipais e estaduais. O diferencial entre estes relatórios e o relatório produzido em 2015 foi que neste último a sociedade se antecipou ao Estado e deu o seu olhar à implementação dos direitos humanos no País. Outro ponto importante deste relatório foi a pressão feita ao governo brasileiro para que ele produzisse e encaminhasse o relatório oficial. Em seguida a Sra. Roseli Arantes saudou a Mesa, disse que se sentiu contemplada pela representação feminina da Deputada Teresa Leitão. Que em Pernambuco diversas organizações vinham se preparando e tentando realizar um diálogo pautado no tema das violações dos Direitos Humanos. Citou algumas organizações que realizou o trabalho e as dificuldades vivenciadas por elas. Explanou sobre o modo como o trabalho foi feito e citou casos de violação aos direitos humanos em assentamentos e no sistema carcerário. Disse que as situações de violações tinha se perpetuado e por isso o trabalho não conseguiu avançar. Citou a fala da deputada Teresa Leitão e destacou a questão da comunicação, das redes sociais e da violência cometida pelo Estado na negação de informações para se pensar a política. Questionou como pensar a política sem compreender qual tipo de violação estava ocorrendo. afirmou que era preciso pensar o modo como às organizações iriam dialogar entre si, pensar em um colaborativismo integrado, pensar em como enfrentar o problema da negação das informações e como enfrentar um governo que não dialogava. O Presidente afirmou que estaria se reunindo em breve com outras instituições, dialogando sobre vários temas como segurança pública, mulheres, movimento LGBT e comentou a ausência de representantes destas instituições em debates

anteriores. Que era fundamental que o poder público estivesse presente para ouvir a sociedade e esperava que isso se resolvesse no diálogo, caso contrário seria necessário tomar medidas mais enérgicas. Registrou a presenta do Sr. Renato Pereira Feitosa, assistente do Centro de Cultura Luiz Freire; a Sra. Eleonora Pereira, do Movimento Nacional Mães pela Igualdade e do Movimento dos Direitos Humanos; a Sra. Maria Marinho, analista judiciária do TJPE; a Sra. Germana Accioly, chefe do gabinete da vereadora do Recife Isabela Roldão; a Sra. Edicléia Maria Santos, militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco; a Sra. Mônica Oliveira, militante da Articulação das Mulheres Negras; a Sra. Letícia Ferreira de Carvalho, militante do Coletivo de Mulheres de Jaboatão; a Sra. Iraníase da Silva, militante do Fórum de Mulheres de Jaboatão; a Sra. Neide Silveira, secretária de políticas sociais do SINPROJA e a Sra. Ana Virginia, da Articulação AIDS-PE. Em seguida a Sra. Edna Jatobá registrou o “desgosto” por estar em uma audiência onde a sociedade se dispõe a participar e os representantes das instituições não compareceram, registrou também a baixa participação dos deputados. Logo depois leu o documento “Diagnóstico Participativo da Sociedade Civil sobre a situação dos Direitos Humanos em Pernambuco”. Iniciou a leitura tratando o tema da violência contra a mulher, citando Pernambuco como o décimo lugar entre os estados e Recife com a sexta posição entre as cidades mais violentas do país. Citou também os municípios com os índices mais altos em Pernambuco, a maioria na região metropolitana. Em relação à violência contra a juventude, Pernambuco ocupou o terceiro lugar no ranking nacional com mais riscos para jovens, sendo a população negra a maioria dos que sofrem com a violência. O Estado também estava em quarto lugar com a maior população indígena do país, população esta que sofría várias violações aos direitos humanos, sendo o Estado o principal fator de ameaças para os povos. Trouxe números sobre violência contra a população LGBT, frísou a situação dos assentamentos no campo e a precariedade nas áreas da educação e saúde. Em relação às violações nos centros urbanos comentou sobre a expansão imobiliária na cidade do Recife e as conseqüências que isso acarretaria à população. Sobre as comunidades tradicionais de pescadores falou acerca dos empreendimentos e a ocupação dos espaços. Sobre o sistema carcerário chamou a atenção para a capacidade de lotação e a falta de estrutura. Tratou o tema dos meios de comunicação e as várias denúncias que foram recebidas contra as violações aos direitos humanos. Destacou a população com HIV, que sofría com a falta de medicação e de saúde, o que consistia em um atentado contra a vida das pessoas. O relato colhido pelo comitê da copa e pela relatora especial da ONU demonstrou que o Estado e os municípios não só desrespeitaram os princípios da política urbana, como também não existia atuação destes entes públicos para efetivar as garantias e princípios constitucionais. O Conselho Estadual de Direitos Humanos foi instituído desde 2001 e foi um ponto imprescindível para o estabelecimento de uma política pública estadual de direitos humanos. Em maio de 2004 se realizou a primeira Conferência Estadual de Direitos Humanos e só em janeiro de 2005 surgiu a primeira secretária de Estado, Justiça e Direitos Humanos. A segunda conferência foi realizada em 2008. Das 16 questões levantadas muitas permaneceram não resolvidas e sem receber a devida atenção por parte do governo do Estado. Por fim, citou que o Conselho Estadual de Direitos Humanos tinha a sua disposição de um recurso limitado a cinco mil reais. O Presidente disse que o valor era inferior ao valor gasto em uma Sessão Solene na Alepe. Destacou a falta de atenção do governo para a sociedade e convidou a Sra. Carolina Malinçônico, única representante do governo que compareceu a audiência. A coordenadora agradeceu, saudou a Mesa e iniciou sua fala citando a criação da Secretaria da Mulher em 2007 e os avanços obtidos por ela ao longo dos anos. Citou também o recurso disponibilizado para a Secretaria para dar uma garantia mínima aos municípios e tratou a questão da renda e da formação sociopolítica das mulheres. afirmou que estes temas eram uma pauta frequente nas discussões da secretaria e mencionou o programa Chapéu de Palha e o enfrentamento à violência rural. Expalanou sobre o trabalho itinerante que estava sendo feito, debatendo violência e trabalhando com as mulheres nas áreas rurais, dentro das comunidades. Esta ação teve resultados positivos e por isso se desejava garantir que ela fosse permanente. Que tal projeto estava tentando incluir as questões trabalhistas e de previdência social, pois era um tópico importante, onde se verificou a falta de informação para a população. Falou sobre as creches e a importância delas não só para as crianças, mas também para as famílias. Informou que a Secretaria da Mulher estava aberta a todos e precisava estar dentro das discussões. Por fim, falou da desigualdade salarial entre mulheres e homens e disse que desejava que a secretaria recebesse verbas permanentes, uma vez que boa parte dos valores recebidos era obtida através de editais. Logo depois a Vereadora Isabela de Roldão agradeceu a todos e registrou que a Câmara do Recife também sofría com o não comparecimento dos representantes do governo. Destacou a sexta conferência da mulher do Recife, onde foi constatado que servidoras foram proibidas de participar das pré-conferências. Citou o excesso de violação aos direitos humanos e a violação dos direitos da mulher grávida, que era tratada como objeto nos hospitais públicos, onde era negada a presença de um acompanhante, onde a mulher sofría com a violência obstétrica. A mulher não tinha o poder de decisão e escolha, que os médicos quem decidiam por ela. Que era preciso tornar pública estas violações e aprovar um projeto de lei que regulamentasse o parto domiciliar. Por fim, falou dos espaços criados exclusivamente para as mulheres, mas que elas exigiam respeito em qualquer espaço e que fosse possível fazer uma força tarefa de enfrentamento e emponderamento das mulheres para que elas também denunciassem as violações sofridas. O Presidente registrou a presença da Sra. Maria José Santiago, tesoureira do Sindicato das Domésticas; o Sr. Marcos Pontes, coordenador de projetos do GTP+; a Sra. Gleiciane Andrade, coordenadora da Amotrans PE; a Sra. Lourdes Luna, membro da coordenação do Grupo Mulher Maravilha; a Sra. Sônia Santos, assessora da FETAPE; a Sra. Elane Carvalho, coordenadora técnica do GAJOP; a Sra. MarinaIva Gomes da Silva, coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Surubim; a Sra. Claudia Bezerra, militante do SOS Corpo; a Sra. Aldenise Bernardo da Silva, jovem referência do grupo Comunidade assumindo suas Crianças; a Sra. Luciana Ferreira, coordenadora do Grupo Cultural Mulheres da Vila Araças; a Sra. Alessandra da Silva, representante de mães da FUNASE; a Sra. Amalba Brasão Teixeira, educadora do SOS Corpo e articuladora de Mulheres Brasileiras; a Sra. Isis Carina, educadora social e a Sra. Laurineide Maria Santana, educadora popular do Conselho Pastoral dos Pescadores. O Presidente também registrou a realização de uma avaliação, de um balanço geral e de várias audiências tratando temas diversos (como feminicídio e juventude negra). Propôs a reflexão de que não era possível viver de simbologias, com a política de “faz de conta”. A impressão que se tem é que o trabalho não avança nem está estagnado, mas regredindo. Segundo ele, há o diagnóstico, mas falta o trabalho prático. O governo está sendo fiscalizado e é possível ver que a situação está piorando. Citou que a segurança está entrando em colapso. Citou também o corte de 20 bilhões no orçamento e como os impostos pagos deveriam voltar em forma de habitação, segurança e saúde para a população. É preciso trabalhar a socialização da riqueza que está concentrada nas mãos da minoria. Comentou sobre os 20 milhões gastos em publicidade pelo governo do estado que poderia ter sido gasto com as necessidades do povo. Só em janeiro foram gastos 80 milhões com supérfluos. Em seguida o Presidente abriu para a plenária e chamou o Sr. Israel Crispim, da FETAPE, que se apresentou e parabenizou a Deputada Teresa Leitão. Citou a situação dos assentamentos e o sentimento de vulnerabilidade com o Pacto pela Vida. Finalizou dizendo que o ideal é a união entre campo e cidade. O Sr. Renato Pereira Feitosa, do Centro de Cultura Luiz Freire, saudou todos e iniciou seu depoimento com a seguinte frase de Krishnamurti: “Se realmente entendemos o problema, a resposta virá dele, pois a resposta não está separada do problema”, fazendo um paralelo com a ausência dos representantes do governo na audiência. Em seguida, ele se apresentou e trouxe o debate sobre a comunicação, a forma como a mídia viola os direitos humanos e como isso se naturalizou na sociedade. Falou também da criação do programa “Palavras tem poder”, que facilita as denúncias das violações dos direitos humanos e da questão da censura. Disse ainda que o estado de Pernambuco poderia fazer mais pela comunicação. Citou a TV Pernambuco, uma TV estadual, que poderia estar prestando um serviço público e dando voz à população, porém, ela está sucateada. Por fim, disse que o governo pode fazer muito e que “estamos aí para tentar apontar as recomendações e caminhos”. A Sra. Eleonora foi chamada, cumprimentou todos, parabenizou a realização da audiência e à Edna pela sistematização da apresentação e citou que não foi o Centro de Combate a Homofobia de PE que fez o levantamento da população de crianças e adolescentes LGBT. Disse que não há dados estatísticos sobre o suicídio de crianças e adolescentes LGBT. Que as Mães pela igualdade vem coletando estes dados. Tem coletado dados sobre estas crianças e adolescentes, homofobia e transfobia nas escolas e na família. Finalizou pedindo para tirarmos as crianças e os adolescentes LGBT do armário. A Sra. Aline Fagundes se apresentou, citou a fala da secretária Carolina e disse que esperava que a mesma trouxesse uma discussão sobre os mecanismos para tratar os estupros que ocorreram na BR 101, sobre o fato de haver muitos organismos da Secretaria da Mulher, mas nenhum com condições de funcionamento. Ela disse que gostaria que as secretarias informassem os dados reais, que o programa Chapéu de Palha não foi criado pela Secretaria da Mulher, citou dados de casos de estupro em São Lourenço, sobre as mulheres em regime carcerário e a falta de estrutura das cadeias. A Sra. Aline falou da preocupação com a ausência do governo na audiência, que as mulheres estavam falando para elas mesmas, uma vez que as instituições não compareceram para ouvi-las. Criticou a questão de só haver dois ônibus para todo o estado fazendo o trabalho de educação sociopolítica das mulheres e disse ser um absurdo esta situação. A Sra. Laurineide cumprimentou todos e disse que era muito difícil falar após a declaração da Sra. Aline. Ela comentou sobre a indignação sentida diante da situação exposta. Citou o relatório lido pela Sra. Edna e disse que a realidade é muito mais dolorosa que os números informados nele. A violência é maior do que a Secretaria de Segurança Pública informa. Falou sobre o município do Cabo e o estado de miséria em que se encontra a cidade. Falou também sobre a falta de respeito pela vida na saúde pública. Saúde que se encontra na qualidade de vida, sendo o estado responsável pela destruição do meio ambiente e consequentemente da qualidade. É preciso pensar novas estratégias de enfrentamento, pois o modelo atual não atende mais as demandas. É preciso definir conjuntamente novas estratégias de ação para que os órgãos públicos escutem a população. É preciso que os indivíduos respeitem a vida humana. O Presidente retornou a palavra e citou alguns projetos que se definiam como promotores de desenvolvimento nas regiões em que seriam concretizados, como Goiana e o porto de Suape, e que atualmente se configuram de modo oposto a este desenvolvimento. Comentou sobre as milícias existentes em Suape e disse que é um dos locais com mais violações aos direitos humanos. Este tema vai ser discutido por ele em breve. A Sra. Ana Virginia, representante da articulação AIDS em Pernambuco, saudou a mesa, parabenizou o Deputado Edilson Silva e criticou a ausência do governo na audiência. Falou da falta de medicação dentro e fora dos presídios, a superlotação e a falta de enfermaria no Bom Pastor. Por fim, convidou o Deputado Edilson Silva a olhar com carinho a situação das penitenciárias. O Presidente relatou um caso em que o Sr. Roberto precisava de uma medicação para o tratamento do câncer. Foi conseguida uma liminar para que o estado desse a medicação e uma multa ao paciente. Porém, o governo não atendeu e o deputado solicitou a prisão do secretário de saúde. Disse que o Tribunal de Justiça é conivente, pois o secretário descumpria a lei e não foi preso. Debateu sobre o sistema prisional e disse que estava acumulando dados para fazer uma ação mais contundente em algumas semanas. O Sr. Severino cumprimentou todos e discorreu sobre vários casos de violação às comunidades tradicionais pesqueiras. Citou os 21 anos do desenvolvimento da aqicultura empresarial em Pernambuco, 21 anos de violação aos direitos das comunidades. Destacou várias denúncias que ocorreram entre 1994 e 2015 e disse que a privatização de espaço público de uso comum fere as convenções, pois não consulta a população local. Finalizou corroborando que até hoje o governo não deu respostas. O Presidente disse não haver uma estrutura que abarcasse tudo, pois eram vários temas para serem tratados. Ele falou que cria parcerias para se fortalecer, já que são várias as pautas e disse que vai usar a institucionalidade da comissão para contribuir. Se colocou como um instrumento para sociedade civil. A Sra. Alessandra da Silva, representante de mães da FUNASE, cumprimentou a plenária e justificou a sua ausência nas últimas audiências. Falou das humilhações sofridas pelos adolescentes nos presídios, a falta de estrutura, saúde e educação. Citou a penitenciária feminina Santa Luzia, onde homens trabalham e abusam das adolescentes, fato relatado pelas mães das mesmas à Sra. Alessandra. Pediu ao Deputado Edilson Silva para visitar os presídios, agradeceu a mesa e se despediu. O Presidente informou que tem ido com frequência à FUNASE e relatou um caso de agressão na unidade de Abreu e Lima. Disse também que esteve na FUNASE de Caruaru recentemente e conversou com os reeducandos. afirmou estar trabalhando bastante e que os gestores sabem dos problemas, sabem o que se passa com a população, mas preferem gastar dinheiro com campos de futebol. Comentou sobre o conservadorismo presente na ALEPE e a não aprovação de um plano estadual de educação que tratasse a questão do gênero. Por fim, falou que a situação pode piorar e é preciso estar atento. A Sra. Gleiciane Andrade, representante da AMOTRANS, cumprimentou a

plenária e parabenizou a Mesa. Prestigiou a Deputada Teresa Leitão e o Deputado Edilson Silva. Falou enquanto Movimento de Travestis e Transexuais de Pernambuco e disse se entristecer com a ausência de representantes do governo na audiência. Disse que já participou de várias audiências, mas, naquele momento, estava falando para eles mesmos, uma vez que o governo se ausentou do debate. Comentou a falta de respeito que existe pela identidade de gênero e que esperava que a audiência tivesse um resultado prático que ajudasse a resolver a questão. Fez um pedido para todos olharem com um olhar mais humano para as pessoas que estão tendo seus direitos violados. Em seguida o Dr. Natuch Lira fez algumas considerações. Disse ter recebido a notícia (ainda não oficial) de mais uma morte na FUNASE de Caruaru. Comentou a falta de compromisso do estado: o orçamento proposto pelo CEDCA para o ano de 2015 de 19 milhões de reais e em contrapartida, o estado sugeriu um orçamento de 50 mil reais. Informou que os representantes do governo também não participam das reuniões promovidas pelo CEDCA. A perspectiva não é de melhoria e isso causa preocupação. Ele agradeceu, parabenizou a comissão, o Deputado Edilson Silva e os movimentos na construção e mobilização pelo monitoramento dos direitos humanos. O Presidente registrou a presença da Sra. Mônica Rodrigues da Costa, professora da UFPE; a Sra. Irani Brito, coordenadora do Coletivo Mulheres da Casa Liás e a Sra. Giselia Souza, assistente social do Coletivo Mulher Vida. A Sra. Roseli Arantes agradeceu e falou da importância e da urgência em discutir e construir estratégias. Falou também sobre o diálogo que teve com veteranos do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Questionou como se combate e se liberta de um Estado que se comporta (e talvez ainda seja) como uma capitânia hereditária, como combater o coronelismo e o machismo. Informou que recebeu a notícia de que o secretário de Justiça e Direitos Humanos estaria em uma reunião e a plenária propôs que ao fim da audiência alguns encaminhamentos fossem feitos e entregues a ele. A ideia seria ir até o secretário, já que o mesmo não compareceu à audiência. Ela finalizou dizendo que a sociedade não pode esperar por mais mortes e mais violência, é preciso gritar. Gritar por aqueles que não podem. A Sra. Edna Jatobá ratificou o encaminhamento sugerido pela Sra. Roseli e citou a Conferência Nacional de Direitos Humanos que o estado de Pernambuco vai realizar. Disse que o recurso para a realização ainda não estava garantido e se o estado não conseguir vai ser uma perda e uma vergonha. Ela afirmou que é preciso ocupar o espaço e discutir os direitos humanos, ficar vigilantes, pois as respostas do governo são insuficientes. A Sra. Carolina Malinçônico falou que o debate trouxe muitos questionamentos e ela não poderia responder todos naquele momento. Disse que o diálogo pode acontecer com os movimentos e que a audiência estava abrindo espaço para ouvir as mulheres. Citou o Conselho do Direito da Mulher como espaço de discussão e o debate promovido semanalmente pela equipe de enfrentamento à violência contra a mulher. Comentou acerca da Secretaria da Mulher, que tenta ajudar sempre que necessário, porém, a demanda é muito maior que a capacidade de ajuda dos órgãos. A Vereadora Isabela de Roldão disse que todas as falas foram louváveis. Ela comentou sobre a rádio Frei Caneca, que não sai do papel mesmo sendo uma rádio aprovada há mais de 50 anos. Reforçou as falas da Sra. Leonora e da Sra. Gleiciane afirmando que um dos maiores atentados aos direitos humanos foi a retirada do debate de gênero dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Informou, em especial para a Sra. Aline e para a Sra. Alessandra, que vai fazer uma colocação na Câmara de Vereadores para se visitar as unidades da FUNASE e espera conseguir que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara faça esta visita com um olhar crítico. Falou para a Sra. Virginia que a Secretaria de Saúde não atende na velocidade que o corpo precisa e concordou com a Sra. Roseli que não devemos esperar novas mortes para fazer algo. É preciso publicizar os problemas, problemas que não devem ser olhados com normalidade, pois a violação tem que ser combatida e enfrentada e espera que possamos sentir indignação diante das violações aos direitos humanos. A Deputada Teresa Leitão agradeceu à Comissão de Direitos Humanos pela parceria com a Comissão de Educação. Citou que o governo também se faz ausente nos debates promovidos pela Comissão de Educação, mas, que há uma forma de resolver o problema: através do instrumento da convocação. Informou que na maioria das vezes quem participa das reuniões são os representantes que tem ligação com os movimentos sociais e que a ausência dos órgãos provoca questionamentos. Ela afirmou que quem faz política pública tem que ter um olhar diferenciado e que a luta política é sempre bem vinda, deve impulsionar a democracia e precisa ser feita, mas não com desonestidade intelectual. Ressaltou o Plano Municipal de Educação do Recife, o desrespeito e a forma terrorista como aconteceu a discussão. Citou o debate que ocorreu com o membro do Conselho Nacional de Educação, o Sr. Luiz Dourado, e a emissão de uma nota pública por parte do Conselho Estadual de Educação. Tal nota vai se tornar uma resolução que orienta os estados e municípios a fazer uma revisão sobre o tema de gênero nos Planos de Educação. Falou ainda sobre o Programa Todos por Pernambuco e o Programa Dialoga. Citou o Sr. Severino e fez referência à Sra. Ceça Ribeiro, defensora da pesca artesanal. Pontuou a tentativa de trabalho com os pescadores e a aprovação de um projeto discutindo a pesca de viveiro e os malefícios provocados ao equilíbrio ambiental. Relembrou a reunião que vai ocorrer, onde vai ser apresentado o relatório da tuberculose e da hepatite viral. Agradeceu a todos e finalizou dizendo que é preciso dar voz para que se consiga de maneira organizada e permanente ir interferindo nas políticas públicas de cidadania e direitos humanos. O Presidente parabenizou a Deputada Teresa Leitão pelo Requerimento e iniciativa da audiência. Disse que a audiência serve para fazer a mediação, aprofundar temas, lapidar leis, instruir o processo legislativo e dar um salto qualitativo aos atores sociais com demandas comuns. Citou um elemento que unifica todos os presentes: a ausência de representantes do governo e afirmou que é preciso entender o momento como um momento para manter a articulação política, que veria com a Comissão Jurídica o que pode ser feito sobre a questão do não comparecimento dos órgãos e se puder stranger, processar ou que estiver ao alcance, vai ser feito, pois a ausência é um desrespeito. Falou que existem questões pontuais onde se pode agir, citou as demandas das penitenciárias e afirmou que é preciso lutar, que espera que todos possam sair da audiência com mais força para cobrar. Por fim, comentou sobre a existência de três advogados na Comissão de Direitos Humanos que estão à disposição para ajudar, agradeceu a todos e encerrou a sessão. Nada havendo a acrescentar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

<b>Deputado Edilson Silva</b>
<b>Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular</b>
<span></span>
<b>Deputado Bispo Ossésio Silva</b>
<b>Membro Titular</b>
<span></span>
<b>Deputado Lucas Ramos</b>
<b>Membro Titular</b>
<span></span>

**ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2015.**

**TEMA: “A LEGISLAÇÃO ESTATUAL PARA OS ARTISTAS DE RUA”.**

Aos dezessete dias do mês de junho de 2015, às 09h00min, do ano de dois mil e quinze, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 16/06/2015, realizou-se a presente Audiência Pública para tratar de questões referentes à Legislação Estadual para os Artistas de Rua. A Audiência contou com a presença do Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Presidente Deputado Edilson Silva. O Presidente informou que o processo de desmonte da Lei nº 15.516 foi bastante acelerado e falou sobre a audiência ocorrida com a Comissão de Legislação e Justiça, em que o Deputado Ricardo Costa retirou a mesma, tornando-a sem efeito. Disse que devido o novo caráter da sessão houve dificuldade nas convocações, uma vez que ela foi marcada sem um prazo legal de convocação de autoridades. Por este motivo, alguns dos convidados não puderam estar presentes, como foi o caso do secretário de Cultura; da presidente da FUNDARPE, Marcia Souto; o representante da DIRCON e a deputada Teresa Leitão. De acordo com o Deputado Edilson Silva a audiência tinha o objetivo de realizar um trabalho na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos a partir de uma dinâmica positiva e não mais impulsionados por um momento negativo, como a aprovação de uma lei que provocou danos aos artistas do Estado. A ideia geral é refletir e apontar o que se deseja do Estado em relação à Cultura, como o Estado pode contribuir com a Cultura Tradicional e Popular, deliberar como se definem estes conceitos e recuperar a memória do que já foi trabalhado no Estado por outras instituições. Logo após a palavra foi passada para o Sr. Emerson Diniz, presidente da Associação de Teatro de Olinda, militante do MPP e do Movimento Arte na Rua, que iniciou a fala com a leitura de um texto sobre a liberdade do povo e a cultura popular. Falou sobre os espaços públicos que estão sucateados, se tornando privatizados e reprimindo o trabalho do artista de rua. Segundo ele, é preciso discutir a cultura popular nos espaços educacionais e inseri-la na grade escolar. Criticou a falta de verba do Fundo Municipal de Cultura e apoiou a revitalização de alguns editais de Cultura, que são vitais para a existência da cultura popular. Finalizou sua fala afirmando que deseja que a lei seja revogada e que sejam criados mecanismos pra que ela seja efetiva no dia a dia. O Sr. Che tomou a palavra e iniciou a fala cumprimentando a todos, afirmou que a lei em questão foi um retrocesso pleno, que mexeu com os movimentos de cultura popular, provocando uma articulação da população e trazendo um debate importante para o povo. afirmou ainda que a Lei nº 15.516 constrangeu e ridicularizou os movimentos de cultura popular e se mostrou a favor da revogação da mesma. Citou a necessidade de um pronunciamento com um pedido de desculpas mais consistente por parte do Deputado Ricardo Costa, autor da lei e do Governador que a assinou. Segundo ele, a cultura tem um papel educacional fundamental e a lei citada traz uma série de retrocessos nas áreas culturais e educacionais, pois teve um “viés ditatorial, conservador, preconceituoso, ridículo, marginalizante”. Encerrou seu depoimento citando que os diversos movimentos da capoeira estão solidários aos outros movimentos culturais. Em seguida a Sra. Aline Feitosa, jornalista, iniciou seu discurso cumprimentando a todos. Disse que a lei em discussão trouxe à tona a pauta da cultura, tema preterido pela imprensa no Estado. Informou estar presente na audiência para contribuir com a reversão da situação, para que a cultura seja mais discutida. Criticou o fato de não haver projetos relevantes dentro das escolas. Informou que preferiria abrir o espaço para todos trazerem questionamos e poder ao fim da sessão, criar um documento que permitisse a evolução da situação. Citou que Pernambuco não estava no Sistema Nacional de Cultura, o que tornava o Estado um espaço sem base, pois não havia um Conselho Municipal e o Conselho Estadual de Cultura encontrava-se decadente. Disse que os espaços públicos e os equipamentos culturais encontravam-se abandonados. Disse ainda que Pernambuco era o Estado mais rico e mais produtivo culturalmente do País, mas não era reconhecido. O Presidente retornou a palavra e abriu espaço para a plenária. Mas antes, relatou ser antiga a luta pela cultura e citou a capoeira, que sofreu preconceito por parte do Estado, teve sua prática criminalizada e ainda assim conseguiu avançar. afirmou que o objetivo era resgatar a memória, sistematizar a história e com base nisso firmar um diagnóstico da situação. Mas, para isso, era preciso ter planos, estratégias, hierarquias, prioridades e a partir daí ter um processo de mobilização social. afirmou ainda, que houve algo de positivo na lei discutida: trouxe o tema da cultura à tona e encerrou dizendo que o protagonismo de mobilização e identidade assumido pela sociedade civil era algo que não podia se perder. Posteriormente o Sr. Tiago Nagô foi chamado para a mesa. Saudou todos, afirmou estar acompanhando a discussão sobre a lei e discorreu do Deputado Edilson Silva, afirmando

que o movimento de cultura popular era um movimento organizado e que não foi à lei quem provocou isso. E justamente por ser organizado que ele conseguiu se mobilizar contra ela. Declarou que desrespeitar a cultura hoje era também desrespeitar a memória e os antepassados. Disse que a Comissão de Direitos Humanos organizou a audiência em questão, mas a Comissão de Educação e Cultura deveria ter feito este papel. O Presidente informou que houve uma tentativa em fazer um trabalho conjunto, mas os representantes da Comissão de Cultura não puderam estar presentes, porém, este fato não interferiria, pois seria possível fazer um processo conjunto mesmo em momentos distintos. Em seguida chamou o Mestre Espinhela que iniciou sua fala com uma canção de cunho político. Apresentou-se como capoeira e policial militar do Estado de Pernambuco. Relatou um pouco da sua história como capoeirista, a situação em que se encontra a capoeira no estado e os benefícios que esta proporciona às crianças. Finalizou lendo um trecho da bíblia e saudando todos. Logo depois a Contra Mestre Bel cumprimentou a todos e trouxe reflexões sobre a cultura, os mestres e o local do brinquedo popular. Afirmou que as políticas públicas precisam ser refletidas e falou da liberdade de brincar e construir um mundo diferenciado. Liberdade esta que se confronta com o que era imposto pelo Estado e pelo capitalismo. Ambos agem sob uma perspectiva oposta à cultura popular, que sabe conviver com o diferente. Encerrou declarando que a escola deve ter espaço para os brinquedos populares. “É preciso lutar para a educação ter esse espaço, lutar por leis que favoreçam a cultura popular, os mestres tradicionais, a riqueza cotidiana”. A palavra foi passada para a Sra. Raquel Franco, membro MPP, atriz e palhaça. Ela resgatou a história do artista de rua Cafuringa, que foi proibido pela Igreja, pelo Estado e pela polícia de fazer arte (mesmo com os próprios recursos) e se apresentar nos espaços públicos. Esclareceu que o Movimento Arte na Rua estava promovendo o debate junto à Comissão de Direitos Humanos e que o ato político do movimento era um ato artístico. Questionou a ausência de outras Instituições na audiência e justificou o fato da arte de rua em Pernambuco não ser valorizada. Trouxe a discussão sobre a liberdade garantida pela Constituição (mas que não era obedecida), o temor que sentia com a possibilidade das leis serem alteradas futuramente e a lei que restringe os artistas de rua. Pautou o uso do espaço público: a forma como ele é utilizado e legislado. Espaço público que deveria ser um espaço de encontro, humanidade e cidadania. Afirmou ainda que a sociedade construída com arte era mais humana, sabe dialogar e retira o outro de uma vida restrita baseada no capitalismo. A Sra. Raquel Franco declarou que as políticas públicas não veem as artes de rua como uma arte digna. Faltam assistência e direitos para os artistas que fazem arte pública, arte que deveria ser promovida pelo Estado. O Presidente afirmou estar impressionado com a defesa da Sra. Raquel Franco sobre do direito à cidade e a valorização da periferia. Em seguida o Sr. Jailson, do MPP, cumprimentou todos e citou a lei 15 516, fazendo um paralelo aos séculos XV e XVI, quando os colonizadores dizimaram a cultura indígena no Brasil. Falou dos aparelhos de repressão que nunca cessaram e a perseguição sofrida pelo subúrbio (em especial pelas Igrejas ditas cristãs e pela polícia). Sugeriu uma oficina de cultura popular para os deputados, as chefias das Instituições e departamentos. Criticou a burocracia, que afasta ainda mais a realização da prática dos brinquedos, pois existia um distanciamento grande entre o povo e aqueles que o aprovam. O Sr. Jailson disse que para discutir cultura e discutir transformação cultural era preciso discutir relações socioculturais, princípios, processo de transformação, identidade cultural e política, nacionalidade e respeito às matrizes construtoras do ideário cultural. Afirmou que o que teríamos de melhor era desrespeitado e por isso discutir relações éticas também era preciso. Afirmou ainda ter receio que a cultura virasse um balcão de negócios, baseada nas indicações, no protocolo. Sendo necessário criar dinâmicas culturais, inclusive na questão financeira, e respeitar os grupos de acordo com os costumes deles. Disse que há anos a história da cultura pernambucana e a educação ambiental eram disciplinas escolares e elas foram abolidas da educação pelas mesmas pessoas que hoje “vendem” a imagem da cultura pernambucana e dos brinquedos populares. Questionou os atrasos nos pagamentos da Prefeitura, a falta de espaço público estruturado e a garantia de leis que favoreçam a cultura. A palavra foi passada para a Sra. Beatriz Santos, militante de causas sociais e coordenadora do Malabarize. Afirmou se sentir contemplada com as falas anteriores e relatou um pouco sobre as dificuldades vivenciadas diariamente pelos artistas de rua. Que era preciso pensar formas para facilitar a realização da arte, uma vez que ela já foi bastante esquecida durante a história. Afirmou também que a lei era um retrocesso e feria não somente o artista de rua, mas as manifestações populares. Lembrou o nome de vários artistas, como Selma do coco, Lia de Itamaracá e Chico Science. Finalizou declarando que ainda há muito para construir e esperava seguir de mãos dadas com os companheiros para vencer os obstáculos. O Sr. Ivo Rodrigues foi chamado para dar seu depoimento, se apresentou como militante da Associação de Teatro de Olinda e questionou o fato da lei não ter consultado o público. Leu trechos de um manifesto que posteriormente seria entregue aos presentes na audiência e citou alguns pontos do mesmo: os espaços públicos que não são devidamente ocupados como espaço de cidadania e a lei que não teve participação popular, nem análise das Comissões. Disse que eram os brincantes que mantinham a cultura viva e eles tinham o direito da livre manifestação artística prevista na Constituição. Citou a transformação do matadouro público de Peixinhos em um espaço cultural, mas que, posteriormente, se tornou uma repartição pública e expulsou os grupos que lá atuavam. Disse que era preciso que os gestores tivessem mais respeito com o artista popular e o povo não esqueça que era resistente, pois a resistência que iria fazer o trabalho acontecer. Finalizou fazendo uma referência à Zumbi dos Palmares e Solano Trindade, agradeceu a todos e passou a fala para o Mestre Peu, que relatou sua trajetória com a capoeira e a história da capoeira no Estado de Pernambuco. Afirmou não confiar na política pública e ter muitas questões que precisam ser resolvidas. O Presidente disse que havia uma tática do governo em recomençar constantemente o mesmo trabalho: sempre que mudava a gestão se iniciava um trabalho teórico, em vez de implementar a ação e isso ocorria em diversas demandas, seja no campo do gênero, da comunidade negra, no movimento de cultura ou no movimento LGBT. Em seguida passou a palavra para Tia Sara que relatou estar triste pela situação em que se encontrava a questão da educação, da moradia, do saneamento e da segurança no Estado. Afirmou que somos ricos culturalmente, mas o governo não se propõe a ajudar a comunidade. Disse que a criança precisava de atividades, mas a forma como a educação era transmitida acabava tornando o espaço escolar monótono. Propôs aos Deputados convidar a comunidade pra dialogar. Trouxe alguns relatos de sua vida e da violência nas comunidades. Em seguida o Sr. Marco Aurélio, membro da Associação Pernambucana de Práticas Corporais Chinesas, disse que praticava atividades na rua. Por este contato, por fazer parte do Movimento Arte na Rua e por já ter feito parte de grupos de capoeira que ele quis estar presente e dar o seu depoimento na audiência. De acordo com ele a arte media processos sociais importantes para a formação social e psicológica do indivíduo. Disse que a arte com “a” minúsculo era a arte que estava a mercê do Estado, que funcionava a favor da estagnação, da exclusão e da marginalização, dividindo a arte em superior e inferior. A arte com “A” maiúsculo era a arte que conduzia ao pensamento crítico e promovia a formação holística do sujeito. A história tratou de excluir a Arte (com “A” maiúsculo), enquanto ficaram outras formas de arte mais vazias (arte que não desenvolve a formação política dos indivíduos). Afirmando que era preciso levar em conta a cultura própria dos grupos e em seguida agradeceu. A Sra. Valéria Felix, da Associação de Teatro de Olinda, se apresentou e citou Marx dizendo que a arte estava na luta de classes e por isso ela estava diretamente ligada à política. Que o trabalho dos artistas de rua era visto como brincadeira, nunca como trabalho. Que o artista sempre foi oprimido, explorado e forçado às imposições do mercado. Que a herança artística ficou dependente do capitalismo. Depois questionou o Deputado Edilson Silva sobre o prazo para a lei ser revogada e quando o governo se retrataria publicamente. O Presidente respondeu que militava no aspecto da oposição e que não saberia informar quando e se o governo faria tal retratação, mas que o projeto que revoga a lei estava tramitando em regime de urgência. Em seguida o Sr. Marcelo campelo cumprimentou a plenária, relatou brevemente como entrou em contato com a arte de rua. Falou das diversas manifestações seculares presentes na cultura pernambucana e do potencial que existia para fazer um carnaval perene, uma ocupação permanente nas ruas. Afirmou que o que impedia isto eram as leis que não valorizam a arte, a desmotivação e o abandono do patrimônio público. Disse que era preciso corrigir as distorções de um sistema injusto, pois não havia estímulo pra o artista seguir na profissão. Relatou as dificuldades impostas pelos editais, defendeu a cultura como um elemento fundamental e não como algo supérfluo, afirmou que ela precisava de mais espaços nas escolas e na mídia e por fim, disse que todos estes pontos precisavam ser discutidos. Logo após Mestre Enrolado cumprimentou todos e iniciou sua fala questionando o fato dos representantes do governo nunca estarem presentes nas audiências onde se discute a cultura. Citou a comunidade onde vive, em Guabiraba, disse que ela não era visibilizada e possuía um patrimônio histórico importante, porém esquecido. Afirmou não fazer sentido todos na plenária darem seus depoimentos se os órgãos competentes não estiverem ali pra ouvi-los. Em seguida o Mestre Pijama falou da tristeza que sentiu ao saber da notícia da aprovação da lei que restringia o movimento de rua, contou brevemente a sua história, seu trabalho na cultura de rua e trouxe alguns questionamentos sobre o que pode ser feito para mudar a situação. Em seguida a Mestre Lagartixa, canadense, morador do bairro do Arruda, capoeirista e feminista, trouxe um pouco da sua história, da pesquisa que estava desenvolvendo sobre a cultura popular no Recife, onde questionava qual tipo de arte e cultura os indivíduos realizavam e o que eles achavam dos direitos humanos na cidade. Retratou brevemente a realidade da comunidade onde vive e agradeceu. Em seguida o Mestre Mulatinho relatou a emoção que sentiu com o depoimento da Mestre Lagartixa. Fez uma referência à casa de Joaquim Nabuco estar vivenciando uma lei que proibia a capoeira. Afirmou que proibiram a fala e a cultura do negro e do índio durante a história. Disse ainda que a Lei Federal dava voz e permitia uma prática, enquanto a Lei Estadual inibia e reprimia. Afirmou que quando os brincantes da cultura popular entrarem na política, os políticos vão dar mais atenção ao tema. O Presidente esclareceu que a Alepe produzia e revogava a lei e o governador sancionava. Que a Lei 15.516 estava sendo revogada num processo de tramitação que só iria se consumir quando fosse aprovada nas Comissões e quando o Plenário da Casa aprovasse, após o governador sancionava e só após seria publicada no Diário Oficial. Que não existia possibilidade dessa lei não ser revogada, pois se tratava de uma lei inaplicável. E que o processo de revogação só ocorreu por conta da mobilização popular. Que era preciso falar mesmo que as Instituições não estejam presentes e ao final do debate sairia com encaminhamentos práticos. Que não adiantava discutir teorias, realizar simpósios e seminários sem que isso gerasse um encaminhamento que promovesse a mudança. Que a pressão popular surte efeito, mas que era preciso que se convertesse em força política para que o governo visse a pauta e as reivindicações como uma prioridade. Que existia o emponderamento simbólico quando diversas instâncias encontram-se representadas nas comissões e secretarias, mas que era preciso mais que isso, para que ocorresse uma materialização concreta. Em seguida o Professor Che prestigiou as falas anteriores do Sr. Jailson, da Sra. Raquel e da Mestre Bel e disse que era preciso conhecer o sistema para mudar o sistema. Afirmou que compreendia a revolta sentida pelo Mestre Enrolado, concordou com o Deputado Edilson Silva sobre a satisfação com a representação simbólica e que disse que era preciso também partir para o concreto. Falou da necessidade de um pronunciamento por parte do governador e do secretário de cultura. E frisou que era possível construir uma agenda permanente de discussão. Por fim, citou o Mestre Peu, agradeceu e disse dar o mérito ao espaço público por promover aquele debate, valorizando a pauta de um movimento que o Deputado Edilson Silva representava. O Sr. Emerson Diniz fez algumas sugestões: aos Deputados Ricardo Costa e Raquel Lyra terem uma aula sobre cultura e se dispuserem a ouvir o povo; À Assembleia Legislativa levar os representantes da região metropolitana para discutir o plano de cultura e a prioridade dos municípios para arrecadação do fundo de cultura, além de observar como era possível colocar a política da cultura popular no âmbito escolar. Citou a importância de espaços nas periferias para a criação de centros de convivência e crítico a burocracia que impedia a participação popular nos espaços de construção de leis. Disse que era preciso que a população participasse dos espaços e visse sua atuação surtindo efeito nas comunidades, que o povo da cultura popular tinha vez e voz nos editais do governo. A Sra. Aline Feitosa afirmou que aquele era um momento em que o Deputado Edilson Silva sairia com uma pauta rica para começar um trabalho efetivo na área da cultura. Falou da admiração que sentia pelo Sr. Jailson e a necessidade do ensino da cultura de matriz nas escolas. O Presidente deu alguns encaminhamentos, informou que estava dando entrada num projeto de lei que colocava um prazo máximo de 30 dias para o pagamento de artistas. Informou que para que essa lei acontecesse era preciso pressão. Citou os 860 mil reais que o governo do Estado disponibilizou para a realização do São João no município de Arcoverde, onde mais da metade desse valor seria gasto para a contratação de apenas um artista de massa. Citou também os 28 milhões de reais gastos no carnaval da cidade do Recife. Sugeriu uma lei de responsabilidade cultural para controlar os gastos dos gestores e a discussão sobre a forma como ela seria construída. Disse que era preciso dialogar sobre as

melhorias nas condições de trabalho, na contratação de mestres de cultura popular e as escolas integrais que poderiam ser usadas como espaço para a arte. Que já existia o espaço, o público e o artista, mas faltava uma política de responsabilidade, uma lei de responsabilidade cultural que escutasse os artistas de rua. Citou ainda a Lei Geral da Cultura Popular e colocou seu mandato a disposição. Sugeriu a partir da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e a Comissão de Legislação e Justiça, a realização de um seminário para debater, trazer as pessoas para serem ouvidas, fazer uma pesquisa sobre gastos do governo e um diagnóstico através de especialistas, da universidade e das experiências de outros Estados. Solicitou ao Sr. Jailson e a Sra. Raquel que se incorporassem nesta equipe para pensar o seminário, enquanto os representantes da capoeira sugerissem algumas representações. Finalizou respondendo ao Mestre Mulatinho que encaminharia projetos de lei que não feririam seus princípios políticos, pois o seu mandato defendia a vontade popular. Sugeriu que a população que apresentassem projetos de lei. E disse ser um instrumento para que o povo tenha acesso ao Legislativo. Por fim agradeceu a todos. O Presidente agradeceu aos presentes e aos que participaram do debate, e, nada avendo a acrescentar, declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

<b>Deputado Edilson Silva</b> <b>Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular</b>
<b>Deputado Bispo Ossésio Silva</b> <b>Membro Titular</b>
<b>Deputado Lucas Ramos</b> <b>Membro Titular</b>

**ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2016.**

**TEMA: SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO COMÉRCIO INFORMAL DO RECIFE.**

Aos 30 dias do mês de março de 2016, às 09:00 horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, dia 29 de março de dois mil e dezesseis, realizou-se a presente Audiência Pública para tratar da Situação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife. A Audiência contou com a presença do Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, dos Deputados: Pastor Cleiton Collins e Lucas Ramos, ambos membros titulares desta Comissão. Presentes ainda os seguintes convidados à Mesa: Severino Souto Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal; Tiago Mendonça, Advogado do Centro Popular de Direitos Humanos; Carlos Veras, Presidente da Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco. O Presidente iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e informou que a audiência foi solicitada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal – SINTRACI – para tratar sobre a violação de direitos contra esses trabalhadores e trabalhadoras. Justificou a ausência do convidado à Mesa, o Promotor Maxwell Vignoli, que não compareceu devido compromisso já estabelecido com outra audiência. Em seguida, destacou o desrespeito com o Poder Legislativo, devido às ausências do Governo do Estado e da Prefeitura do Recife, convidadas por meio da Secretaria de Defesa Social e a Secretaria de Segurança Urbana da Prefeitura do Recife, respectivamente. Em seguida, o Sr. Severino Alves agradeceu o espaço e registrou que a ausência da Prefeitura do Recife em Audiências Públicas era constante, a fim de silenciar o movimento e suas demandas. Enfatizou que o não comparecimento era um modo da Prefeitura de assumir o descaso com a pauta e manter as violações executadas por meio do Secretário João Braga, como a colocação de grades para impedir o trabalho informal no Centro ou a ameaça armada contra trabalhadores informais. Nesse sentido, pediu que essa Audiência Pública tivesse como um dos encaminhamentos, requerimento ao Município, nos nomes dos seus fiscais e que houvesse investigação dos distintos casos de ameaça contra a categoria. Narrando diversos casos de resistências e lutas pelo Recife, concluiu dizendo que: “nós não vamos desistir de lutar, pois sabemos que a Constituição Federal no seu artigo 6º é objetiva: ‘todos os brasileiros tem direito ao trabalho’ e nós não vamos desistir do comércio informal”. Na sequência, o Presidente ouviu os relatos de três trabalhadores informais sobre as violações realizadas pela Prefeitura e o Secretário: o Sr. Edgar da Silva informou que sempre era chamado de ladrão pelos fiscais, entre outras ofensas; a Sra. Micaela de Cássia afirmou que em uma das agressões executadas pelos fiscais ela prestou queixa na delegacia, abrindo um Boletim de Ocorrência, além de precisar ir a UPA; o Sr. Edvaldo José, ambulante da Boa Vista e Diretor do SINTRACI, apontou que a Prefeitura atuava como uma milícia contra o comércio informal, onde a polícia, os fiscais e demais órgãos só apareciam para criminalizar o trabalhador e cobrar taxas ilegais pelo direito ao trabalho. Em ato contínuo, o Deputado Cleiton Collins ressaltou a importância de convidar, mais uma vez, os órgãos responsáveis pela fiscalização, pois acreditava que a Comissão precisava ouvir os dois lados. Desta forma, apontou que a Comissão servia para garantir esse diálogo e tentar solucionar o problema. O Presidente encaminhou que ocorresse mais uma audiência, com uma convocação do Secretário. Posteriormente, o Sr. Thiago Mendonça lamentou a opressão que os trabalhadores do comércio informal passavam e apontou que a Prefeitura não enxergava o trabalho informal como trabalho. Destacou que os comerciantes informais queriam discutir o planejamento da cidade, sua acessibilidade e mobilidade, bem como contribuir com a arrecadação pública, sendo o diálogo com o Estado e a Prefeitura os maiores impedimentos. Por fim, apontou a importância do Legislativo em garantir esse espaço com a Prefeitura, para que isso culminasse numa norma que regulamentasse e assegurasse os direitos desses trabalhadores. Seguidamente, o Sr. Carlos Veras afirmou que o governo usava o papel de gestor de forma antidemocrática para criminalizar os trabalhadores, por isso, a importância da luta do Sindicato e da central contra tais arbitrariedades. Sucessivamente, o Deputado Lucas Ramos afirmou que ficava frustrado com os relatos de tantas violências contra trabalhadores e que se colocava para garantir esse diálogo com o Executivo do Estado e do Município. Por fim, o Presidente reforçou a importância desse diálogo e da regulamentação do trabalho informal. Lamentou que essa violência fosse a realidade do dia a dia desses trabalhadores e garantiu o apoio da Comissão nessa luta. Indicou que existiam tais datas à disposição de um próximo espaço com o Secretário: dia 20 ou 27 de Abril; 11,18 ou 25 de Maio. Nada havendo a acrescentar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

<b>Deputado Edilson Silva</b> <b>Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular</b>
<b>Deputado Bispo Ossésio Silva</b> <b>Membro Titular</b>
<b>Deputado Lucas Ramos</b> <b>Membro Titular</b>

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

**TEMA: DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO DE PROJETOS.**

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2016, às 11:00 horas, no Plenarinho II, Anexo VI, desta Assembleia Legislativa, reuniram-se o Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular; e os Deputados: Bispo Ossésio Silva, membro titular, e Joel da Harpa, membro suplente, deste Colegiado Técnico. Observado o quórum regimental o Presidente declarou aberta a reunião e iniciou a distribuição dos seguintes projetos: 01 – Projeto de Lei Ordinária nº 1081/2016, de autoria do Deputado Eduíno Brito (Ementa: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Conscientização sobre a Depressão Infanto-juvenil), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 02 – Projeto de Lei Ordinária nº 1085/2016, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Dispõe sobre a inclusão de advertência em documentos, contas e faturas que indica e dá outras providências), distribuído ao Deputado Bispo Ossésio Silva; 03 – Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2016, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Isenta do pagamento de taxas a emissão da segunda via de documentos danificados ou extraviados por ocorrência de catástrofe da natureza e dá outras providências), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 04 – Projeto de Lei Ordinária nº 1088/2016, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Modifica a Lei nº 12.167 de 10 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a inclusão da disciplina Direito da Cidadania nos sistemas de ensino que indica e dá outras providências), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 05 – Projeto de Lei Ordinária nº 1089/2016, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Institui o tema transversal Ética na Sociedade nos sistemas de ensino que indica e dá outras providências), distribuído ao Deputado Bispo Ossésio Silva; 06 – Projeto de Lei Ordinária nº 1090/2016, de autoria do Deputado Adalto Santos (Ementa: Concede prioridade aos portadores de doenças crônicas, que ocasionem limitações ou dificuldades de locomoção, em serviços públicos, privados e de utilidade pública), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 07 – Projeto de Lei Ordinária nº 1102/2016, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do pagamento de despesas nos casos que indica e dá outras providências), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 08 – Projeto de Lei Ordinária nº 1103/2016, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Dispõe sobre cuidados com embalagens que indica e dá outras providências), distribuído ao Deputado Bispo Ossésio Silva; 09 – Projeto de Lei Ordinária nº 1104/2016, de autoria do Deputado Bispo Ossésio Silva (Ementa: Altera a Lei nº 13.460 de 9 de junho de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as Unidades de Saúde pública e privada, no Estado de Pernambuco, afixarem diariamente a escala de plantão dos profissionais da área de saúde), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 10 – Projeto de Lei Ordinária nº 1106/2016, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produto ou serviços informarem histórico dos preços dos produtos ou serviços em promoção, e dá providências correlatas), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 11 – Projeto de Lei Ordinária nº 1108/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre inadimplência nas mensalidades dos

estabelecimentos de ensino superior particulares no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Bispo Ossésio Silva; 12 – Projeto de Lei Ordinária nº 1109/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a inserção de acesso, no Portal Eletrônico da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, para atendimento de ocorrências envolvendo crimes cometidos contra pessoas com deficiência e idosos, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 13 – Projeto de Lei Ordinária nº 1110/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a possibilidade de pessoas feridas em acidentes de trânsito e outros acidentes serem encaminhadas pelo Corpo de Bombeiros, ou assemelhado, para hospitais conveniados aos seus planos de saúde, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 14 – Projeto de Lei Ordinária nº 1111/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Determina especificações a serem observadas na fabricação e comercialização de trocadores de bebês no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Bispo Ossésio Silva; 15 – Projeto de Lei Ordinária nº 1112/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Torna obrigatória a utilização de Separadores Magnéticos com Limpeza Automática, nas Indústrias que atuam no ramo alimentício humano e/ou animal no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 16 – Projeto de Lei Ordinária nº 1115/2016, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Determina procedimentos administrativos na Rede Estadual de Saúde nos casos que indica e dá outras providências), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 17 – Projeto de Lei Ordinária nº 1116/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Obriga as unidades escolares, públicas e privadas, inclusive creches, que disponibilizem no mínimo 10% (dez por cento) de mobiliário adaptado para pessoas com deficiência e obesas), distribuído ao Deputado Bispo Ossésio Silva; 18 – Projeto de Lei Ordinária nº 1117/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Institui a Semana Estadual de Conscientização e Orientação sobre o erro médico e suas implicações para administradoras de planos de saúde, hospitais e outras unidades de saúde, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 19 – Projeto de Lei Ordinária nº 1120/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes contendo informações direcionadas à pessoas portadoras de neoplasia maligna, na forma que menciona), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 20 – Projeto de Lei Ordinária nº 1148/2016, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 11.216, de 20 de junho de 1995, que reajusta os valores dos símbolos de vencimentos que especifica dos servidores públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas e determina providências pertinentes), distribuído ao Deputado Edilson Silva. Em seguida, o Presidente iniciou a discussão dos seguintes projetos: 01 – Substitutivo 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1031/2016, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Assegura, no âmbito do Estado de Pernambuco, a prioridade de atendimento na emissão de Carteira de Identidade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar), na ausência do relator original, Deputado Adalto Santos, foi distribuído ao Deputado Bispo Ossésio Silva, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 02 – Substitutivo 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1033/2016, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, no âmbito do Estado de Pernambuco, dos valores originais e promocionais de produtos comercializados de forma direta ao consumidor e dá outras providências), na ausência da relatora original, Deputada Socorro Pimentel, foi distribuído ao Deputado Joel da Harpa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 03 – Projeto de Lei Ordinária nº 1078/2016, de autoria do Deputado Zé Maurício (Ementa: Obriga os estabelecimentos privados, no âmbito do Estado de Pernambuco, a dispor, em suas salas de espera, de sistema de chamada para atendimento ao público acessível aos portadores de necessidades especiais), na ausência do relator original, Deputado André Ferreira, foi distribuído ao Deputado Bispo Ossésio Silva, que o aprovou à unanimidade dos Deputados, nos termos do Substitutivo proposto; 04 – Substitutivo 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1117/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Conscientização e Orientação sobre o Erro Médico e Responsabilidade Civil das Operadoras de Plano de Saúde, Hospitais, Clínicas e Similares e dá outras providências), relator Deputado Joel da Harpa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 05 – Projeto de Lei Ordinária nº 1081/2016, de autoria do Deputado Eduíno Brito (Ementa: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Conscientização sobre a Depressão Infanto-juvenil), relator Deputado Bispo Ossésio Silva, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 06 – Projeto de Lei Ordinária nº 1148/2016, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 11.216, de 20 de junho de 1995, que reajusta os valores dos símbolos de vencimentos que especifica dos servidores públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas e determina providências pertinentes), relator Deputado Edilson Silva, que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Ao final, o Presidente disse que não havendo mais nada a acrescentar, agradeceu a todos os presentes e declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**Deputado Edilson Silva**  
**Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular**

**Deputado Bispo Ossésio Silva**  
**Membro Titular**

**Deputado Lucas Ramos**  
**Membro Titular**

#### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR03, REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2016.**

##### **TEMA: DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO DE PROJETOS.**

Aos 03 dias do mês de novembro de 2015, às 11:00 horas, no Plenarinho II, 5º andar desta Assembleia Legislativa, reuniram-se o Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular; e os Deputados: Eduíno Brito e Lucas Ramos, membros deste Colegiado Técnico. Observado o quórum regimental o Presidente declarou aberta a reunião e em seguida iniciou a distribuição dos seguintes projetos: 01 – Projeto de Lei Ordinária nº 516/2015, de autoria do Deputado Beto Accioly (Ementa: Determina a obrigatoriedade de instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas nas escolas privadas do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), distribuída à Deputada Socorro Pimentel; 02 – Projeto de Lei Ordinária nº 517/2015, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Determina condições preventivas de segurança na construção de novos presídios e empreendimentos assemelhados a partir da aprovação desta Lei e dá outras providências), distribuído ao Deputado Eduíno Brito; 03 – Projeto de Lei Ordinária nº 518/2015, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Modifica a Lei nº 11.357, de 25 de junho de 1996, que estabelece a obrigatoriedade de detector de vazamento de gás em empreendimentos citados e dá outras providências), distribuído ao Deputado Joel da Harpa. Em seguida o Presidente pôs em discussão os seguintes projetos: 01 – Emenda Modificativa nº 02/2015, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera a redação da ementa e do art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 272/2015), ao Projeto de Lei Ordinária nº 272/2015, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Impõe sanções aos estabelecimentos comerciais e de entretenimento que permitirem ou fizerem apologia à pedofilia, à exploração sexual e à prostituição de crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências), relatoria do Deputado Eduíno Brito, que aprovou à unanimidade dos Deputados; 02 – Projeto de Lei Ordinária nº 445/2015, de autoria do Deputado Adalto Santos (Ementa: Obriga as empresas de cartões de crédito ou débito a avisar aos consumidores deste Estado acerca do bloqueio do cartão e dá outras providências), relatoria do Deputado Edilson Silva, que aprovou à unanimidade dos Deputados; 03 – Projeto de Lei Ordinária nº 496/2015, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 15.550, de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDPI), relatoria do Deputado Edilson Silva, que pediu para o Deputado Eduíno Brito assumirse a mesa e que o mesmo convidasse a Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa para explanar sobre o projeto em questão. Seguidamente, o Deputado Eduíno Brito assumindo a Mesa passou a palavra para Dona Lia. Dona Lia afirmou que assumiu a superintendência em agosto de 2015 e identificou um equívoco na redação da lei original, onde esta estabelece trinta representantes no Conselho. Na prática, vem se estabelecendo doze representantes do governo e nove representantes da sociedade civil. Ao identificar essa incompatibilidade, sentou com o setor que organiza os conselhos para repensar a composição do mesmo, reduzindo as secretárias e tentando garantir a participação efetiva dos conselheiros. Por fim, nesse projeto o Conselho passa a ter dezesseis membros, sendo oito representantes do governo e oito representantes da sociedade civil. Sucessivamente, o relator do presente projeto, Deputado Edilson Silva, afirmou que o trabalho da Comissão é garantir o diálogo da sociedade civil e organizações com esta Casa e expressou o parecer favorável ao projeto. Em seguida, o Deputado Eduíno Brito parabenizou o trabalho do Conselho pelo cuidado com a população idosa, tão esquecida pela sociedade e pelas instituições, e votou com o relator para a aprovação do projeto. Por fim, o Deputado Lucas Ramos comemorou a criação do Fundo dos Direitos dos Idosos que receberá doações de pessoas físicas e jurídicas, bem como corroborou com os votos dos demais deputados. Adiante, o Deputado Eduíno Brito, Presidente Temporário da Mesa, aprovou o projeto à unanimidade dos Deputados e passou a Presidência da Mesa para o Deputado Edilson Silva; 04 – Projeto de Resolução nº 507/2015, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Exmo. Sr. Prefeito de Petrolina, Júlio Emilio Lóssio de Macêdo), na ausência do relator original, Deputado Bispo Ossésio Silva, foi distribuído ao Deputado Lucas Ramos, que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**Deputado Edilson Silva**  
**Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular**

**Deputado Bispo Ossésio Silva**  
**Membro Titular**

**Deputado Lucas Ramos**  
**Membro Titular**

#### **ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2016.**

##### **TEMA: SEMANA DE LUTA ANTIMANICOMIAL.**

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às 09:00 horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, dia 14 de maio de 2016, realizou-se a presente Audiência Pública para tratar da Semana de Luta Antimanicomial. A Audiência contou com a presença do Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular. Presentes ainda os seguintes convidados à Mesa: João Marcelo Costa – Gerente de Atenção à Saúde Mental da Secretaria Estadual de Saúde; Maria Ivana Botelho – Promotora de Justiça da Cidadania da Capital, Promoção e Defesa da Saúde; Haline Gouveia – Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividade; Janete Barros – Representante dos usuários. O Presidente iniciou justificou a ausência da Deputada Teresa Leitão e afirmou que tinha o prazer de coordenar os trabalhos de uma Comissão que vinha desenvolvendo uma intensa fiscalização e acompanhamento do Poder Público, bem como garantindo permanentemente o diálogo entre a sociedade civil e os movimentos sociais. Lamentou o Poder Executivo ser tão insensível as pautas antimanicomiais e passou a palavra a Sra. Halina Gouveia, que recitou um poema de Alberes Luiz, companheiro de luta de Caruaru, e destacou que essa era a quarta semana de luta antimanicomial com o tema de “Vozes pela Liberdade”. Destacou que o movimento exigia uma reforma psiquiátrica democrática, pois tem sido silenciado. Que não dava para falar sobre reforma sem apontar a situação dos manicômios e dos hospitais ou o desmantelamento dos CAPS 24h e dos consultórios de rua. Criticou a falta de política preventiva, a precarização do CAPS infanto-juvenil, da descentralização do programa e da falta de recursos. Apontou que a política de saúde mental ainda era inserida apenas na pasta da saúde, quando deveria também dialogar com a política de educação, com a de assistência, com a segurança pública, enfim com todas as outras. Em ato contínuo, o Gerente João Marcelo Costa iniciou apresentando a legislação basilar para a política de saúde mental e afirmou que Pernambuco se destacava a nível nacional. Apontou o intenso trabalho do Governo com a capacitação dos profissionais e na garantia das políticas do CAPS, no hospital Ulisses Pernambuco e no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Adiante, a Dra. Maria Ivana citou a saúde enquanto direito fundamental garantido pela Constituição Federal. Reafirmou o papel dos movimentos sociais em pressionar o Poder Público e as entidades fiscalizadoras, como o Ministério Público. Por fim, apontou as dificuldades em dialogar com o governo para garantir a extensão dos programas de CAPS. Seguidamente, a Sra. Cleide Rodrigues apontou que o hospital Ulisses Pernambucano estava lotado, que faltava CAPS 24h, que o SAMU estava totalmente precarizado e, por fim, lembrou-se dos salários atrasados dos trabalhadores da assistência. Sucessivamente, a Sra. Telma Melo afirmou que a rede de atendimento psicossocial avançou com diversas contradições, pois houve uma ampliação dos serviços, mas não uma melhoria na qualidade dos mesmos. Por isso, a importância do Legislativo entender e pautar os problemas da saúde mental. O Presidente retomou a palavra refletindo que deveria existir espaços para tratar sobre o SAMU e o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Relembrou que esse argumento de falta de dinheiro público não procedia, pois no ano passado houve um gasto de 100 milhões de reais com publicidades. Nada havendo a acrescentar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**Deputado Edilson Silva**  
**Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular**

**Deputado Bispo Ossésio Silva**  
**Membro Titular**

**Deputado Lucas Ramos**  
**Membro Titular**

#### **ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016.**

##### **TEMA: DESAFIOS E PERSPECTIVA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA RAPS EM PERNAMBUCO.**

Aos 13 dias do mês de junho de 2016, às 09:00 horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, dia 10 de junho de 2016, realizou-se a presente Audiência Pública para tratar dos Desafios e Perspectiva para a consolidação da RAPS em Pernambuco. A Audiência contou com a presença do Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular. Presentes ainda os seguintes convidados à Mesa: Janete Barros – Conselho gestor da CAPS; Cleide Rodrigues – Fórum dos Trabalhadores em Saúde Mental de Pernambuco que representa os trabalhadores; e Vinicius Soares – Núcleo Estadual de Luta Antimanicomial Libertando Subjetividade. Na sequência, o Presidente destacou a importância dessa Audiência para dar continuidade aos trabalhos iniciados no outro mês e para consolidar o trabalho dessa Comissão na pauta. Posteriormente, a Sra. Janete Barros questionou a suspensão do medicamento “Esperidona” nas farmácias das policlínicas e falou sobre a importância do mesmo. Nesse mesmo sentido, ressaltou a falta de outros medicamentos e sobre a precariedade do CAPS, no atendimento, na alimentação, entre outras. Subsequentemente, a Sra. Cleide Rodrigues falou que a Lei 10.216 precisa ser cumprida. Destacou os problemas com a falta de CAPS 24, com o CAPS infanto-juvenil, de profissionais nos ambulatórios e o desmonte enfrentado na rede de política de drogas. Também tratou da falta do Centro de Convivência e de alguns avanços, como nas residências terapêuticas. Por fim, solicitou mais fiscalização desses locais, prioritariamente no hospital Ulisses Pernambucano. Posteriormente, o Sr. Vinicius Soares destacou a importância do SUS e lamentou o fechamento de hospitais e a morte de cinco pessoas da rede. Ressaltou o desmonte do Programa Atitude e dos Consultórios de Rua, bem como o fato de não ter ocorrido avanços na política de saúde mental infanto-juvenil. Acrescentou que o Deputado Edilson Silva podia ser um grande aliado na defesa da reforma psiquiátrica e concluiu recitando um poema de um usuário do CAPS da Paraíba. O Presidente abriu para a plateia para algumas intervenções sobre o tema: o Sr. Itamir, denunciou que faltava medicamentos por conta do não pagamento a distribuidora, a falta de material para equipe operacional, entre outras; a Sra. Ane Caroline criticou a falta de atividade para os usuários dos CAPS, pela falta de financiamento da Prefeitura; e a Sra. Gilvanice Noblat, trabalhadora da saúde mental, questionou o fechamento da emergência psiquiátrica do hospital Otávio de Freitas. afirmou que além da falta de medicamentos, exista a falta de leitos. Na sequência, o Sr. Daniel falou em nome do Programa Atitude, sobre a ameaça de fechamento e suas consequências, acrescentando a importância do CAPS AD. A posteriori, o Sr. Ivan Moraes, Comunicador Social, destacou que o desmantelo do Programa Atitude estava ligado também aos parlamentares ligados às comunidades terapêuticas e que era preciso fiscalizar esse aparelhamento econômico e ideológico. Sucessivamente, a Sra. Ingrid Farias afirmou que a luta da reforma psiquiátrica caminhava com a luta da reforma da política de drogas. Adiante, a Sra. Marcela falou da Lei da Reforma Psiquiátrica, nº 11.064, e sobre a Lei nº 10.216, baseada na portaria do RAPS 3088. Criticou a existência de clínicas privadas que trabalhavam com a intimação involuntária. Na sequência, a Sra. Valdez criticou a existência de manicômios para crianças e adolescentes, bem como o sucateamento do CAPS infanto-juvenil. Sucessivamente, a Sra. Irene denunciou que no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico existiam 603 internos, sendo que 147 não possuíam medidas de segurança, além de ser atingido pelo sucateamento e a falta de verbas. Representando o Governo do Estado, o Sr. João Marcelo falou das dificuldades para o cofinanciamento que era tratado com a Comissão de Intergestores Bipartite e com o Secretário de Saúde. Destacou que o Governo do Estado já vinha pensando em como podia melhorar os CAPS e ampliar as vagas nos leitos. Representando a Prefeitura, a Sr. Telma Melo falou que os espaços como: fóruns, colegiados e GT’s estavam em pleno funcionamento. Apontou que foram abertos três CAPS 24h, vinte e quatro leitos em hospitais gerais e dez residências terapêuticas. Concluiu afirmando que a Prefeitura estava aberta ao diálogo. Posteriormente, a Dra. Maria Ivana Botelho falou que já existia um procedimento na Promotória da Saúde, sobre o atendimento do SAMU e que era importante que houvesse uma fiscalização continuada. Por fim, o Presidente falou sobre a precariedade nos serviços da atenção psicossocial no Estado e no Município. Destacou que a Prefeitura do Recife gastava milhões com publicidades, mas vivia alegando a falta de dinheiro, nesse sentido, entendia que o problema era de gestão. Propôs a criação de um grupo de trabalho para tratar dos problemas destacados e de uma blitz nos locais citados. Nada havendo a acrescentar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**Deputado Edilson Silva**  
**Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular**

**Deputado Bispo Ossésio Silva**  
**Membro Titular**

**Deputado Lucas Ramos**  
**Membro Titular**

#### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015.**

##### **TEMA: DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO DE PROJETOS.**

Aos 24 dias do mês de novembro de 2015, às 11:00 horas, no Plenarinho II, 5º andar desta Assembleia Legislativa, reuniram-se o Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular; e os Deputados: Joel da Harpa, André Ferreira,

Lucas Ramos e Socorro Pimentel, membros deste Colegiado Técnico. Observado o quórum regimental o Presidente declarou aberta a reunião e em seguida iniciou a distribuição dos seguintes projetos: 01 – Projeto de Resolução nº 519/2015, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Senhor Jessier Quirino), distribuído à Deputada Socorro Pimentel; 02 – Projeto de Lei Ordinária nº 522/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Institui o Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento às Drogas nas Unidades Prisionais), distribuído ao Deputado Eduíno Brito; 03 – Projeto de Lei Ordinária nº 532/2015, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Dispõe sobre a implantação do Programa de Prevenção de Doenças Renais no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Adalto Santos; 04 – Projeto de Lei Ordinária nº 534/2015, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Determina a adoção de medidas de segurança no entorno de áreas de transporte ferroviário e dá outras providências), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 05 – Projeto de Lei Ordinária nº 535/2015, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Determina a inclusão de dados na cédula do Registro Geral de Identificação e dá outras providências), distribuído ao Deputado André Ferreira; 06 – Projeto de Lei Ordinária nº 536/2015, de autoria do Deputado Beto Accioly (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos de saúde que menciona, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Pastor Cleiton Collins; 07 – Projeto de Lei Ordinária nº 537/2015, de autoria do Deputado Beto Accioly (Ementa: Determina que as maternidades públicas e privadas no Estado de Pernambuco garantam o treinamento para socorro em caso de engasgamento e prevenção de morte súbita, destinados aos pais ou responsáveis por recém-nascidos e dá outras providências), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; 08 – Projeto de Lei Ordinária nº 539/2015, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Dispõe sobre a implantação do Programa de Prevenção e Combate ao Câncer Infanto-juvenil e dá outras providências), distribuído ao Deputado Bispo Ossesio Silva; 09 – Projeto de Lei Ordinária nº 540/2015, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Dispõe sobre a redução em 50% na carga horária de agentes de segurança pública que tenham filhos com necessidades especiais e dá outras providências), distribuído ao Deputado Odacy Amorim; 10 – Projeto de Lei Ordinária nº 541/2015, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a concessão de auxílio-moradia emergencial, no âmbito do Estado de Pernambuco, para famílias do Município de Arcoverde que se encontrem nas situações que indica, e determina providências correlatas), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 11 – Projeto de Lei Ordinária nº 545/2015, de autoria do Deputado Odacy Amorim (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento, por hospitais, clínicas e congêneres, de mini prontuários no momento da alta/liberação do paciente, contendo a relação de materiais, medicamento e quais serviços foram usados no atendimento), distribuído ao Deputado Pastor Cleiton Collins; 12 – Projeto de Lei Ordinária nº 552/2015, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Fundo Penitenciário do Estado de Pernambuco – FUNPEPE, na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos), distribuído ao Deputado Pastor Cleiton Collins; 13 – Projeto de Lei Ordinária nº 559/2015, de autoria do Deputado Professor Lupércio (Ementa: Proíbe a revenda formal e informal de facas, sem o acessório de involucro plástico no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Eduíno Brito; 14 – Projeto de Lei Ordinária nº 561/2015, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Revoga dispositivo da Lei nº 10.259, de 27 de janeiro de 1989, que institui o ICMS, relativamente à tributação do ICMS nas operações com energia elétrica), distribuído ao Deputado Adalto Santos; 15 – Projeto de Lei Ordinária nº 566/2015, de autoria do Deputado Professor Lupércio (Ementa: Torna Obrigatória a atualização dos Regimentos Escolares visando adequar-se a realidade regional para o combate a violência escolar nas instituições de ensino públicas e particulares localizadas no Estado de Pernambuco), distribuído à Deputada Socorro Pimentel; 16 – Projeto de Lei Ordinária nº 567/2015, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Dispõe sobre a proibição de instalação de aterro sanitário ou estação de tratamento de resíduos sólidos em um raio de 1 quilômetro de distância de áreas residenciais, hospitais, aeroportos, escolas, equipamentos públicos, mananciais hídricos, no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 17 – Projeto de Lei Ordinária nº 573/2015, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Inclui o tema relacionado a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Estado de Pernambuco e dá outras providências), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 18 – Projeto de Lei Ordinária nº 579/2015, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho (Ementa: Institui o Programa de Conscientização e Orientação sobre Síndrome de Down, e fixa outras providências), distribuído ao Deputado Bispo Ossesio Silva; 19 – Projeto de Lei Ordinária nº 581/2015, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho (Ementa: Dispõe sobre a garantia de cursos profissionalizantes e estágios a adolescentes residentes em orfanatos e/ou abrigos), distribuído ao Deputado André Ferreira; 20 – Projeto de Lei Ordinária nº 584/2015, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho (Ementa: Cria o programa Boa Visão na Terceira Idade e dá outras providências), distribuído ao Deputado Odacy Amorim; 21 – Projeto de Lei Ordinária nº 587/2015, de autoria do Deputado Beto Accioly (Ementa: Dispõe sobre a proteção no atendimento de pessoas com deficiência nos serviços de saúde pública do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), distribuído à Deputada Socorro Pimentel; 22 – Projeto de Resolução nº 593/2015, de autoria do Deputado Francismar Pontes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor José Raimundo dos Santos Costa), distribuído ao Deputado Eduíno Brito; 23 – Projeto de Resolução nº 594/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Stéphane Frantz Emmanuel Engelhard), distribuído ao Deputado Pastor Cleiton Collins; 24 – Projeto de Resolução nº 595/2015, de autoria do Deputado Ângelo Ferreira (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao agrônomo Gutemberg Grangeiro Maciel), distribuído ao Deputado Adalto Santos; 25 – Projeto de Lei Ordinária nº 596/2015, de autoria do Deputado Zé Maurício (Ementa: Cria o Programa Estadual de Descarte de Medicamentos, a sua destinação final ambientalmente adequada e dá outras providências), distribuído ao Deputado Odacy Amorim; 26 – Projeto de Lei Ordinária nº 599/2015, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Dispõe sobre o envio de mensagens de utilidade pública através de mensagens de texto em telefonia celular e dá outras providências), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; 27 – Projeto de Lei Ordinária nº 601/2015, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Determina a higienização diária dos carrinhos e cestas de supermercados e assemelhados e dá outras providências), distribuído ao Deputado Bispo Ossesio Silva; 28 – Projeto de Lei Ordinária nº 605/2015, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuito interno de filmagem em “pet shops”), distribuído ao Deputado André Ferreira; 29 – Projeto de Lei Ordinária nº 606/2015, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Determina item obrigatório em ambulâncias e veículos destinados ao socorro, emergência e transporte do cidadão com enfermidades e problemas de saúde e dá outras providências), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 30 – Projeto de Lei Ordinária nº 607/2015, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de dispositivo acessório de carga em veículos de coleta de lixo), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 31 – Projeto de Lei Ordinária nº 609/2015, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Dispõe sobre a proibição de atuação em eventos privados de agentes da segurança pública no Estado de Pernambuco e traz outras considerações), distribuído à Deputada Socorro Pimentel; 32 – Projeto de Lei Ordinária nº 613/2015, de autoria do Deputado Beto Accioly (Ementa: Dispõe sobre a proibição de homenagens no Estado de Pernambuco a pessoas que tenham sido condenadas por atos de improbidade e corrupção, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Eduíno Brito; 33 – Projeto de Lei Ordinária nº 614/2015, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências), distribuído ao Deputado Odacy Amorim; 34 – Projeto de Lei Ordinária nº 615/2015, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a comercialização de produtos não disponível em estoque e dá outras providências), distribuído ao Deputado Bispo Ossesio Silva; 35 – Projeto de Lei Ordinária nº 617/2015, de autoria do Deputado Edilson Silva (Ementa: Obriga os Cartórios de Registros Cíveis a emitir Certidão de Nascimento para crianças e adolescentes filhos de pais presos sem a necessidade de exame de DNA e dá outras providências), distribuído ao Deputado André Ferreira; 36 – Projeto de Lei Ordinária nº 618/2015, de autoria do Deputado Edilson Silva (Ementa: Inclui o quesito raça/cor nas informações e análises sobre Crime Violento Letal Intencional), distribuído ao Deputado Pastor Cleiton Collins; 37 – Projeto de Lei Ordinária nº 622/2015, de autoria da Deputada Raquel Lyra (Ementa: Assegura o direito ao parto humanizado nos estabelecimentos públicos de saúde do Estado e dá outras providências), distribuído ao Deputado Lucas Ramos. Extra Pauta em Distribuição: 01 – Projeto de Lei Ordinária nº 624/2015, de autoria da Deputada Raquel Lyra (Ementa: Determina critérios estruturais para hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados, com a finalidade de facilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida e dá outras providências), distribuído ao Deputado Joel da Harpa; 02 – Projeto de Lei Ordinária nº 627/2015, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Adalto Santos; 03 – Projeto de Lei Ordinária nº 629/2015, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Determina o acesso pelo Poder Executivo Estadual ao circuito de câmeras de vigilância da rede bancária, das casas lotéricas e dos demais estabelecimentos que realizam serviços de natureza bancária, na situação que especifica), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 04 – Projeto de Lei Ordinária nº 643/2015, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a celebração de acordos com credores de precatórios judiciais mediante aplicação de deságio sobre o valor devido), distribuído ao Deputado Edilson Silva; 05 – Projeto de Lei Ordinária nº 645/2015, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Disciplina a regularização fundiária de imóveis utilizados por entidades sociais, ou para fins comerciais, industriais ou de serviços, localizados em área de regularização fundiária de interesse social), distribuído à Deputada Socorro Pimentel. Em seguida o Presidente pôs em discussão os seguintes projetos: 01 – Substitutivo nº 01/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 213/2015, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Altera a Lei Estadual nº 15.232, de 27 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre normas de prevenção e proteção contra incêndio, e dá outras providências), na ausência do relator original, Deputado Cleiton Collins, foi distribuído ao Deputado Lucas Ramos, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 02 – Substitutivo nº 01/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 274/2015, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Estabelece o envio de informações referentes à criança e ao adolescente para o Poder Judiciário, e dá outras providências), na ausência do relator original, Deputado Cleiton Collins, foi distribuído ao Deputado André Ferreira, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 03 – Substitutivo nº 01/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 380/2015, de autoria do Deputado Beto Accioly (Ementa: Dispõe sobre a permissão de acesso das pessoas com diabetes portando insulina, insumos, aparelhos de monitoração de glicemia, pequenas porções de alimentos e bebidas não alcoólicas nos espaços e eventos públicos e privados, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências), relatoria do Deputado Lucas Ramos, que aprovou à unanimidade dos Deputados; 04 – Projeto de Lei Ordinária nº 448/2015, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Altera a Lei nº 15.553, de 15 de julho de 2015, que determina a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados e dá outras providências), relatoria do Deputado André Ferreira, que aprovou à unanimidade dos Deputados; 05 – Projeto de Lei Ordinária nº 464/2015, de autoria do Deputado Zé Maurício (Ementa: Dispõe sobre uso de algemas ou cadelas em presas gestantes sob a custódia do Estado de Pernambuco nas condições que especifica), relatoria do Deputado Edilson Silva, que aprovou à unanimidade dos Deputados; 06 – Projeto de Lei Ordinária nº 481/2015, de autoria do Deputado Lula Cabral (Ementa: Altera a Lei nº 12.648, de 25 de agosto de 2004, que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Informações sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente e o encaminhamento destas informações pelos Conselhos Tutelares), na ausência do relator original, Deputado Eduíno Brito, foi distribuído à Deputada Socorro Pimentel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 07 – Substitutivo nº 01/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 489/2015, de autoria do Deputado Alvaro Porto (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento gratuito de pulseira de identificação a crianças, de até dez anos, nos eventos públicos em que haja grande circulação de pessoas, no Estado de Pernambuco), relatoria do Deputado Lucas Ramos, que aprovou à unanimidade dos Deputados; 08 – Projeto de Lei Ordinária nº 511/2015, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a Pernambuco Participações e Investimentos S.A - PERPART a realizar a repactuação contratual dos financiamentos habitacionais de imóveis de conjuntos convencionais da Companhia de Habitação Popular de Pernambuco e de Programas Especiais), na ausência do relator original, Deputado Adalto Santos, foi

distribuído ao Deputado Joel da Harpa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 09 – Projeto de Lei Ordinária nº 512/2015, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a divulgação do serviço de disque-denúncia de violência, abuso e exploração sexual contra a mulher, no âmbito do Estado de Pernambuco, na forma que especifica). 09.1 Emenda Modificativa nº 01 de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a redação da Ementa e dos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 512/2015, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães). 09.2 Emenda Aditiva nº 02 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Adita-se o art. 4º ao Projeto de Lei Ordinária nº 512/2015), na ausência do relator original, Deputado Cleiton Collins, foi distribuído ao Deputado André Ferreira, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 10 – Projeto de Resolução nº 519/2015, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Senhor Jessier Quirino), relatoria da Deputada Socorro Pimentel, que aprovou à unanimidade dos Deputados; 11 – Projeto de Lei Ordinária nº 522/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Institui o Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento às Drogas nas Unidades Prisionais), na ausência do relator original, Deputado Eduíno Brito, foi distribuído ao Deputado Joel da Harpa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Após a distribuição e discussão dos projetos, o Presidente abriu a fala para distintas colocações sobre a entrega simbólica dos pedidos de revisão das exonerações dos cabos e soldados afastados da corporação ex officio. Passou a palavra para o Cabo Albrásion Carlos, Presidente da Associação de Cabos e Soldados de Pernambuco (ACS/PE), que citou exemplos da opressão interna do serviço militar, a exemplo da proibição do acesso ao estudo formal e a intensa verticalização da Instituição. afirmou que os exonerados enfrentaram a descrença social e familiar por causa da política de silenciamento da Instituição, que não respeitava a ampla defesa e o contraditório. Concluiu exprimindo seu contentamento com o avanço dessa luta e os seus já visíveis resultados. Em seguida, o Deputado Joel da Harpa afirmou que existia no serviço militar uma política interna de não permitir que as informações fossem divulgadas, culminando numa impunidade nas violações. Destacou que muito dessa relação decorreu da herança do período da Ditadura Militar e sua intensa verticalização, bem como do enrijecimento da Instituição. Por fim, apontou que essa Casa tem a obrigação de fiscalizar e denunciar essas arbitrariedades, desumanas e antidemocráticas. Em ato contínuo, a Deputada Socorro Pimentel afirmou que essa Casa repudia tais atos de violações e humilhações. Para finalizar, o Presidente apontou que o serviço militar desrespeitou os direitos trabalhistas, sociais e humanos dos cabos e soldados. Lembrou que na Audiência Pública sobre essa problemática, o comando da política militar acolheu as denúncias e criou um grupo de trabalho para a apuração desses casos, resultando na construção do documento que deve ser entregue simbolicamente no Comando. Destacou, por fim, que o principal objetivo dos prejudicados é que esses sejam incorporados. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**Deputado Edilson Silva**

**Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular**

**Deputado Bispo Ossésio Silva**

**Membro Titular**

**Deputado Lucas Ramos**

**Membro Titular**

**ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2015.**

**TEMA: “VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES”**

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e quinze, às 09:00 horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, dia 07 de julho de 2015, realizou-se a presente Audiência Pública para tratar de questões referentes à Violência contra Jovens Negros e Pobres. A Audiência foi aberta e presidida pelo Deputado Federal Reginaldo Lopes, que agradeceu a presença de todos e informou que a CPI em questão foi instalada em 26 de março de 2015, com o objetivo de apurar as causas, razões, consequências, cursos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. Em 30 de março foi aprovado o Requerimento nº 5 de 2015, que solicita que sejam realizadas audiências estaduais para fazer os levantamentos pertinentes ao trabalho da CPI no Estado. O Presidente citou os diversos Estados visitados pela CPI e deu início à audiência pública passando a compor a Mesa com os seguintes convidados: o Deputado Estadual Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe; Deputada Federal Rosângela Gomes, Relatora da CPI; Deputado Federal Betinho Gomes, proponente da CPI no Estado de Pernambuco; Deputado Federal Pastor Eurico, autor do Requerimento da CPI nos Estados; Deputado Federal Delegado Edson Moreira, membro da CPI; e a Deputada Estadual Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alepe. O Presidente sugeriu que fosse realizada uma Mesa rápida de abertura com os convidados e após a fala inicial se alternaria entre as falas de um convidado e os inscritos da plenária. Saudou a todos, agradeceu a presença, disse que Pernambuco era o último Estado onde aconteceria o debate promovido pela CPI e que o relatório final seria entregue no dia seguinte. Relatório este com algumas sugestões de Emendas à Constituição e se esperava que tramitasse em um curto período de tempo. Disse que a ida aos Estados teve o objetivo de dar visibilidade ao debate dos homicídios de jovens negros, uma vez que a grande mídia não divulgava estas informações. Explanou acerca do mapa da violência no Brasil entre 2004 e 2007, onde constatou que o País conseguiu matar mais jovens que as grandes guerras atuais. Que o intuito da CPI era de chamar a sociedade para dialogar e construir um novo pacto, para que nos próximos 10 anos essa taxa se reduzisse a números aceitáveis. Solicitou a Alepe que apresentasse uma Comissão Especial, pois existia uma emenda no relatório que constitucionaliza a responsabilidade dos municípios, estados e união de fazer a cada dez anos um plano de enfrentamento aos homicídios e violações dos direitos. Informou que a CPI possuía 5 metas: reduzir a taxa de mortalidade, reduzir a vitimização de policiais, reduzir a letalidade policial, elevar taxas de elucidação dos crimes e investir nas comunidades com maior número de vulnerabilidade. De acordo com o Presidente, a CPI estava propondo uma emenda para criar o Fundo Nacional de Promoção e Igualdade Racial, visando reparar danos e superar o racismo. Citou também que Brasil tinha um problema grave de dados e que os gestores não tinham a responsabilidade de informar em tempo real o número de homicídios, por isso foi sugerido criar o Instituto de Segurança Pública. Finalizou afirmando que a segurança pública era um tema que se tornou privatizado no País, agradeceu e disse querer ouvir a todos. Em seguida passou a palavra para a Deputada Federal Rosângela Gomes, que cumprimentou a todos os presentes, disse que era uma honra trabalhar com o Deputado Federal Reginaldo Lopes. Informou que no início da CPI foi entregue um plano de trabalho e ao final foram ouvidas as famílias, instituições, órgãos do governo e movimentos sociais. Descreveu brevemente como foi desenvolvido o trabalho e as visitas aos Estados, com números mais alarmantes para: RJ, SP, BA, AL, PB, PA, RO, RS e MG. Em seguida, apresentou um relatório preliminar que, deixava um importante legado: a criação de PEC's e a continuação do trabalho realizado através de uma comissão (que aguarda aprovação para ser criada). Disse estar na condição de ouvinte para depois produzir um relatório eficaz e finalizou sua fala agradecendo a todos. O Deputado Federal Betinho Gomes cumprimentou todos, agradeceu aos deputados que atenderam ao requerimento e disse que aquela era uma data importante, onde se comemorava os 25 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei que protege vidas esquecidas e massacradas. Disse também que a Alepe estava protegida pelo busto de Joaquim Nabuco e reforçou a luta contra a violência, sobretudo a violência sofrida pela juventude negra. Informou que embora Pernambuco tenha conseguido avançar na questão do risco de vulnerabilidade juvenil, ainda era um dos Estados com mais risco de mortes de jovens negros, tendo 12 municípios em situação preocupante. afirmou que estas questões precisavam ser debatidas sob a ótica da política pública e precisavam ser reveladas à sociedade. Que o Brasil não carecia de mais leis, mas da aplicação das leis existentes para ter justiça, efetividade no enfrentamento dos problemas e uma sociedade mais equilibrada. Agradeceu a todos e disse desejar sair da audiência com elementos suficientes para desencadear um enfrentamento firme contra a violência, racismo e criminalização. O Deputado Federal Pastor Eurico saudou a todos, falou sobre a CPI e afirmou que sempre se lutou para que a sociedade fosse ouvida. Citou a Polícia Militar de Pernambuco e agradeceu a presença da mesma no debate. Disse que o Estado fez diferença na CPI em relação a outros Estados do Brasil e que a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude participou de todo o processo em Brasília. Que seu interesse era ver a redução da violência. Violência esta que acometia todas as cores, mas era inaceitável o fato de que o maior percentual fosse entre os negros e pardos. afirmou que o Brasil precisava despertar e investir mais na segurança. Que se sentir feliz por estar na Casa de Nabuco, como bem pontuou o Deputado Federal Betinho Gomes. Por fim, falou do seu papel de Pastor, da competência do Deputado Federal Reginaldo Lopes, citou Martin Luther King e declarou seu desejo de que o Brasil pudesse mudar. afirmou que a Deputada Federal Rosângela Gomes deu um presente importante para o País e que ficou feliz com a realização da CPI. O Deputado Federal Edson Moreira informou que as diligências estavam sendo encerradas em um Estado enfático e fundamental em relação às políticas que seriam implementadas. Falou brevemente sobre a história de Pernambuco, a chegada dos negros na capitania, citou que a violência contra os negros era grande, mas que isso não significava genocídio e afirmou que os negros já praticavam violência contra os próprios negros. Disse ser a favor da redução da maioridade penal e declarou que cada indivíduo tinha a sua visão, porém os diagnósticos precisavam ser feitos de modo correto. Encerrou sua fala dizendo que a CPI era de grande importância e esperava que ela indicasse as políticas corretas para conseguir diminuir o número de negros pobres no Brasil. Em seguida, o Deputado Estadual Bispo Ossésio Silva disse se sentir satisfeito em estar em uma Mesa que tratava de um tema tão importante para o País e para a raça negra. Disse também que a sociedade e as autoridades estavam começando a se movimentar contra a agressão e a criminalidade que os negros sofrem. Comentou a fala do Deputado Federal Betinho Gomes e da Deputada Federal Rosângela Gomes, frisando sua luta e a importância dos depoimentos. Cumprimentou, saudou os presentes e disse que existiam muitas normas, mas que sua luta era para que as leis fossem aplicadas. afirmou que era preciso se unir, independente de religiões, pois estavam tratando de vidas e da juventude, que eram o futuro do País. Disse que em Pernambuco o índice de homicídios era muito alto, maior que o índice nacional e pediu para a CPI encerrar o trabalho com fatos concretos, a fim de notear-los para resolver a situação. O Presidente agradeceu e ratificou o pedido para que os Deputados pedissem ao Presidente da Câmara a construção do plano do Estado. Logo após, a Deputada Estadual Teresa Leitão saudou todos, afirmou que o Estado precisava de um olhar diferenciado e que a presente audiência podia levantar propostas e questões para subsidiar a CPI. afirmou que as mortes eram encaradas como genocídio tanto por ela, quanto pela CPI. Concordeu com o Deputado Federal Betinho Gomes quando o mesmo abordou o Estatuto da Criança e do Adolescente não como uma data festiva, mas como um momento de posicionamentos. Disse que o Programa Pacto pela Vida não estava atendendo a demanda da segurança e das particularidades, como a violência contra a mulher. Citou dados de homicídios e dados acerca da população negra e afirmou que duas ações foram realizadas: o debate promovido pela presente audiência pública e a Frente Parlamentar que iria ser concretizada. afirmou ainda que a relação federativa entre União e Estados era um ponto para tratar da segurança pública. Declarou existir no Congresso Nacional um projeto de lei dos autos

de resistência e que eles precisavam serem revistos. Por fim, desejou uma boa audiência, bons resultados da CPI e agradeceu. O Presidente disse que o PL já foi recomendado no relatório preliminar, que não há uma lei para os autos de resistência, mas que virou uma prática e por isso era importante existir uma lei. Falou que defendia a ideia de que crimes cometidos por agentes e pelo Estado deveriam ter prioridade nas investigações, pois eles deveriam ser garantidores de direitos e não violadores de direitos. O Deputado Estadual Edison Silva, agradeceu aos membros da CPI, mencionando a importância da mesma em Pernambuco. Disse que talvez o Estado fosse o mais importante e o que tinha uma contribuição ímpar a dar. Afirmou que o diagnóstico e os caminhos já foram apresentados e que não era possível retornar sempre ao início do trabalho teórico, sendo necessário agir. Comentou o Programa Pacto pela Vida e o fato de Pernambuco ser o Estado com a cidade em que os jovens negros eram os mais vulneráveis no Brasil: Cabo de Santo Agostinho. Disse que não era necessário um modelo de crescimento econômico, mas de desenvolvimento social. Questionou se houve a construção de creches, escolas e teatros no município do Cabo pelas empresas que se dirigiram para lá e afirmou que esta carência era resultado de uma política implementada pelo governo. Disse ainda que no Estado não houve a implementação da Lei nº 10.639 e convidou todos para a passeata contra a redução da maioria penal que aconteceria no mesmo dia da audiência. Afirmou que existia um extermínio, um genocídio dos jovens negros e lamentou que naquele momento exista um Projeto de Lei para a redução da maioria penal, onde se transformava a vítima em vilão. Mostrou-se preocupado com a falta de visão que alguns segmentos da política tinham e por não saberem combinar liberdade civil com o combate à violência e criminalidade. Declarou que a maioria da população carcerária estava presa por crime ao patrimônio e pela questão das drogas e que era importante discutir a criminalização da maconha. Frisou este ponto como contribuição para a CPI. O Presidente disse que era possível, mesmo sem conhecer a cidade do Recife, informar os bairros, a cor, o percentual, o sexo e a idade dos jovens que seriam assassinados, tendo como base os relatórios sobre o Estado. Afirmou que era possível que uma CPI pudesse estabelecer metas a partir desse estudo e que existiam 4 ações de políticas públicas de reparação de danos e que estas estariam produzindo avanços e resultados, mas não foram suficientes diante da demanda. Neste momento a primeira Mesa foi encerrada e os membros para a segunda mesa foram convidados: o Sr. Sérgio Moura, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude; o Dr. Maxsuel Vignoli, representando o Ministério Público de Pernambuco; o Sr. Romero Silva, do Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares (GAJOP); a Sra. Vera Baroni, representando o Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras de Pernambuco; o Sr. Walisson Teixeira, representando o Fórum da Juventude Negra de Pernambuco e o Sr. Léo Machado, representando a FASE. Foi registrada a presença do Vereador Alfredo Santana. O Presidente passou a palavra para a Sra. Edna Jatobá, que citou o significado de genocídio e afirmou que não era por falta de informação nem de estudo que se defendia a inclusão deste conceito na temática da juventude negra. Declarou que desde 2007 existiam no Programa Pacto pela Vida 15 ações que diziam respeito diretamente à juventude negra, mas que não existia acesso às informações para saber se estariam sendo executadas e como estariam sendo executadas. Registrou que a juventude negra no Recife e na Região Metropolitana estava sendo exterminada dentro das unidades da Funase, a partir da proteção do Estado. Mencionou que no âmbito federal houve um corte de mais de 50% na CEPPIR, na Secretaria de Direitos Humanos e na Secretaria da Mulher. Finalizou afirmando que era preciso exigir orçamento para a realização do trabalho. A palavra foi passada para o Sr. Rogério, que informou que a CPI convidou os 6 maiores e os seis menores Estados em número de homicídios. Que os representantes do governo não estavam presentes na audiência, mas que todos os órgãos participaram da CPI. Afirmou ainda que as audiências tinham o objetivo de ouvir as famílias e seus depoimentos. O Sr. Sérgio Moura, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude, cumprimentou a mesa, afirmou que entendia que existia o genocídio da população negra e que queria trabalhar para mudança desta realidade. Disse que a audiência era muito mais para ouvir os depoimentos e registrou que quando se falava em política de igualdade racial e no número de jovens assassinados era preciso pensar nos recortes que deviam ser feitos. A Sra. Eleonora Pereira, representante das Mães pela Igualdade, cumprimentou a mesa e disse que teve um filho que entrou para as estatísticas de homicídios. Declarou que na Alepe a memória do seu filho foi excluída por ele ser negro e gay. Informou que desejava que a CPI informasse o quantitativo de negros e homossexuais que estavam sendo exterminados e que se garantisse políticas afirmativas e direitos humanos para a juventude. Afirmou não sentir vergonha de ter tido um filho gay e pediu, por ela e pelas outras mães que perderam seus filhos, que a CPI atentasse para este recorte. O Presidente se solidarizou com a fala da Sra. Eleonora e disse que a CPI encontrou muitas mulheres em situação semelhante. Disse que elas são duplamente violentadas: por perder um ente e por serem abandonadas pela justiça do Estado Brasileiro. Citou o banco de dados do Programa Pacto pela Vida e declarou inexistirem dados da Secretaria de Segurança Pública a nível nacional. Falou da necessidade destes dados serem informados em tempo real e que eles fossem padronizados. Logo após o Dr. Maxsuel Vignoli relembrou uma audiência realizada pelo MPPE e os pontos que foram trabalhados: formação de policiais para evitar a abordagem por questão racial; implantação efetiva da presença do Estado nas comunidades através de unidades de educação, saúde e assistência social, além da interação delas com os policiais; adesão e implantação do plano nacional contra a mortalidade da juventude negra; atendimento sócio assistencial às famílias vítimas do extermínio; implementação da coordenação de igualdade racial nas secretarias de saúde; intimidação da prática do racismo institucional nas unidades de saúde e assistência social, além da formação dos profissionais; implementação no Estado e nos municípios da Lei nº 10.639; atendimento socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei e atendimento preventivo à prática do ato infracional; atendimento de saúde para mulheres negras e atuação articulada governamental com as lideranças comunitárias dos movimentos negros. Disse que todos esses pontos seriam cobrados. Que a ação de apenas coibir não estava solucionando o problema, sendo necessário implementar políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Em seguida, fez um relato e falou da necessidade de sair do racismo inconsciente. A Sra. Rejane Pereira saudou a todos, disse chamar a atenção o relato do Dr. Maxsuel Vignoli. Comentou a perda de identidade do negro com a escravização, criticou a polícia e a repressão praticada por ela, explanou sobre o aumento da violência contra crianças e jovens, além da violência sofrida pelas mulheres negras. Afirmou que alguns pronunciamentos não tinham sido feitos e que o Estado tinha negligenciado as políticas públicas. Logo após, o Sr. Romero Silva agradeceu, cumprimentou todos, disse que a visita da CPI a Pernambuco ressaltava 2 pontos: o local da CPI como ouvinte e como potencializadora do que já existia acerca das redes, movimentos e ONG’s, que estavam dando voz ao extermínio da juventude negra. Disse que era impossível fazer a discussão sem citar o ECA. Afirmou que não tinha como não ser a favor da diminuição de homicídios da juventude negra e ser a favor da redução da maioria. Citou o fato de em Pernambuco haver 12 vezes mais chances de ser morto por ser negro. Disse desejar que a visita da CPI fosse potencializadora de tudo o que estava sendo discutido e afirmou que para garantir direitos humanos, era válido o que era legal e o que reconhecia os sujeitos como sujeitos de direito. A Sra. Sílvia Siqueira Campos saudou a plenária em nome da Sra. Vera Baroni e declarou que a fala do Deputado Federal Edson Moreira a intrigou. Disse que ele não via o genocídio, pois era fruto de uma estrutura social que tinha o racismo na base, mas que ainda assim ela não o culpava. Declarou ver avanços legislativos, que era importante se reconhecer, que esperava que uma emenda viesse clarear outras garantias e que era necessário a existência de gestores qualificados. Disse ainda que aos candidatos ao legislativo e executivo que eles sejam mais responsáveis para com a população. Afirmou que o que ela viu foram projetos de segurança pública que encarceram, como a PEC 171, que reafirmava o genocídio da população jovem e negra, que o País não estava tendo um debate responsável sobre a criminalização das drogas e que não apenas não aceitava a redução da maioria penal, como não aceitava o aumento do período de internação. Disse desejar que o Estado garantisse a proteção integral e finalizou sua fala pedindo aos parlamentares para que tivessem responsabilidade com a sociedade. A Sra. Vera Baroni saudou a mesa e fez a leitura de um texto, onde citava o assassinato de negros como uma luta antiga, fruto do tráfico transatlântico e da mercantilização da vida, do trabalho e do conhecimento de negros e negras. Em seguida, comentou o mapa da violência, que citava o Nordeste como a região mais violenta e Pernambuco como um dos Estados mais violentos do País. Que se tratava de uma prática criminoso de limpeza étnica. Comentou as categorias que o IBGE tinha catalogado, a perda de jovens e a dor baseada no racismo e preconceito. Disse que grupos de resistência foram criados para que a impunidade, o esquecimento e a queima de arquivo não os fizessem calar. Citou vários casos de vítimas de racismo institucional e casos de mulheres negras comparadas às brancas. Disse que espera que o resultado da CPI impactasse a sociedade, que visse o genocídio dos negros como um problema de Estado, dando visibilidade à situação de vulnerabilidade da juventude negra, com realização de audiências públicas que tratassem da temática, ampliassem o espaço de reflexão sobre a violência, fortalecimento do Programa Juventude Viva, aumento do número de cotas e de políticas afirmativas, criação de mecanismos que monitorassem a aplicação da Lei nº 10.639 e criassem mecanismos de efetivação da portaria 992. Por fim, lembrou ser o primeiro ano da década dos afrodescendentes instituído pela ONU. O Presidente informou que a CPI vai implementar um PL para que o município fique inadimplente no CADIN caso não implementasse a Lei nº 10.639, em seguida passou a palavra para o Sr. José de Oliveira, do MNU de Pernambuco, que saudou a todos, pediu para ter paciência e tolerância com aqueles que não conheciam a história dos negros e ousavam se posicionar sem conhecimento. Disse que era preciso entender que era uma caminhada repleta de ousadia e com isso poderia reconhecer que são filhos da luta de Zumbi e Dandara. Disse ainda desejar que o trabalho feito pudesse dar norte à redução de danos da população negra. Danos que só iriam diminuir se fosse colocada em prática a Lei nº 10.639. Afirmou que foram os militantes negros quem contribuíram para a criação das leis. Lembrou que a polícia precisava rever conceitos para que os negros não fossem tratados como marginais e finalizou afirmando que o racismo era um crime perfeito no Brasil, pois quem o cometia achava que a culpa estava na própria vítima, como ele pôde constatar na fala do Deputado Federal Edson Moreira. O Sr. Walisson Teixeira, saudou a todos, comentou o genocídio da juventude negra. Disse que desde 1996 Pernambuco já pontuava negativamente na questão do homicídio de jovens, citou dados do mapa da juventude e o fato da mídia não noticiar a mortalidade negra. Afirmou que o Programa Pacto pela Vida deixava a desejar e que era preciso se investir mais na prevenção. Fez um paralelo entre os homicídios e a guerra às drogas (feita de modo repressor). Relatou casos pessoais de preconceito e disse que o racismo algumas vezes era tão sutil que a vítima não percebia. Citou exemplos de países que reduziram a maioria e não obtiveram êxito. Afirmou ainda que o braço armado do Estado era responsável por uma parcela dos homicídios e que estes números eram bastante expressivos, que era preciso colocar o racismo como um fator estruturante a ser combatido e que a responsabilidade era da sociedade. Por fim, parabenizou a instalação da CPI e agradeceu a todos. O Sr. Paulo da Graça se apresentou e em seguida citou Josué de Castro. Comentou a questão das drogas, citou casos do movimento de fortalecimento que ocorriam em vários Estados brasileiros e disse que era preciso ação, fortalecer as coordenadorias de negros e mulheres. Parabenizou os ativistas, afirmou ser do movimento negro e que poderiam contar com ele. O Sr. Léo Machado saudou a Mesa e mencionou a Marcha das Mulheres Negras e as Mães da Saudade. Chamou atenção para o fato de que se naturalizou a ideia de que jovens negros e pobres podiam ser assassinados, tendo suas famílias expostas na TV e citou os programas policiais do Recife que estavam se construindo dessa forma. Comentou a Lei nº 13.608 e o Plano Estadual de Políticas Públicas para a Juventude. Criticou a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e mencionou o Conselho de Juventude de Pernambuco, desativado por anos. Encerrou dizendo ficar sensibilizado com a fala da Sra. Eleonora e que o trabalho tinha que ser combativo para surtir efeito. O Sr. Júnior Afro, Coordenador do Plano Juventude Viva da CEPPIR, cumprimentou e saudou a Mesa, falou da satisfação de estar em Recife e da dor por estar dialogando sobre este tema. Disse que o Pacto pela Vida tinha importância para o Brasil, mas a sua efetividade ainda não mostrou resultados. Relatou situações vivenciadas por ele na comunidade onde morava e disse ter consciência que trabalhar o tema em questão no governo não era fácil, mas desde o governo do Ex-Presidente Lula tinha achado espaço para trabalhar o tema da juventude negra. Comentou o Plano Juventude Viva, seus objetivos e o trabalho que vinha sendo realizado. Desejou que a CPI pudesse avançar e colaborar e agradeceu a todos. O Vereador Alfredo saudou todos e comentou que a luta era árdua, pois era difícil fazer as leis saírem do papel. Parabenizou todos da CPI e dos movimentos sociais pela luta. Citou a dívida do Brasil com os negros, a forma como a escravidura veio ao fim e a forma como os negros saíram dela. Afirmou que a sociedade podia contar com a Câmara e agradeceu a todos. O Sr. Iuri da Silva, representante da UEP, saudou a Mesa e agradeceu os posicionamentos. Disse que era uma honra estar presente em uma data marcante na Casa de Joaquim Nabuco. Expressou a inquietação a respeito da temática debatida e disse que estava diante da forma mais perversa e cruel de invisibilização da

população negra. Chamou atenção para que o debate não fosse direcionado apenas para a questão do negro, mas para a memória do povo negro. Memória esta que era ancestral e pedra fundamental da sociedade ocidental. Pediu para todos olharem para ele como a juventude negra de Pernambuco e afirmou que não aceitava mais ser vítima do medo. Disse saber que os negros lutaram e ainda lutam por vias legais e marginais e não iria permitir que o Estado retirasse a sua liberdade, pois a juventude não iria recuar. Comentou o problema da segurança pública e a política de drogas, que era um ponto chave para se avançar na discussão. Finalizou afirmando que não havia nada mais justo que o movimento de reparação e reconhecimento e que este era o momento de reflexão sobre a postura da sociedade brasileira para com a juventude negra. O Presidente disse que o Sr. Iuri trouxe um tema importante para o debate: o modelo atual de guerra às drogas, que precisava ser repensado. O Sr. Cláudio Pino, MPTC, informou que o Secretário de Segurança Pública deveria estar presente na audiência. Questionou até quando a juventude negra iria aceitar uma bancada evangélica, que vetava os projetos a favor das religiões de matriz africana. Disse ser intolerante com a intolerância e citou o Deputado Federal Delegado Edson Moreira. Declarou que ele deveria rever os seus estudos e ter a consciência de que os negros eram presos e assassinados todos os dias. Questionou a diferença de tratamento dada pela mídia entre negros e brancos e afirmou que a valorização da educação reduzia a criminalidade. O Sr. Anderson Venâncio iniciou sua fala pedindo para registrar o equívoco cometido quando citaram o termo ‘mulata’, disse que este termo não pertencia à etnia e à raça negra. Comentou o fim do império português no Brasil e disse que a preocupação na época foi criar o Código Penal antes mesmo da Constituição. Solicitou que fossem observados os registros da violência contra os pobres, negros, gays e de terreiro. Disse não conceber discutir negritude sem discutir religiosidade. Discordou da concepção de jovem como futuro da nação, pois a juventude era o presente do País e possuía em si toda a ancestralidade. Informou que desejava que os projetos saíssem dos órgãos para as bases, para as comunidades onde tudo acontecia, que enquanto não mudar a mentalidade dos líderes não fazia sentido criar CPI’s e conferências para debater os problemas. A Capitã Lúcia Helena, membro do GT racismo da prefeitura do Recife, cumprimentou a todos presentes. Disse ter gostado de tudo que foi colocado e que o racismo estava em vários âmbitos da sociedade, inclusive na educação. Que só seria possível mudar o racismo quando a mudança oocresse na área educacional. Questionou a carência do ensino sobre cultura e história africana e indígena nas escolas e como era possível mudar a mentalidade do País, se expressões racistas se perpetuem e perpetuam o racismo na sociedade. Afirmou que vinha ocorrendo uma mudança lenta e pequena, mas insuficientes para as necessidades que existiam. O Vereador Marcelo Santa Cruz, cumprimentou todos e saudou a Mesa. Comentou os 25 anos do ECA e citou o júri sobre a redução da maioria penal, ocorrido no mesmo dia da audiência. Explanou sobre a mídia, a manipulação de informações e o conservadorismo da bancada evangélica contra os direitos humanos e a cidadania. A Sra. Íris Regina saudou todos e parabenizou o promotor Maxsuel Vignoli, afirmando que sua fala era a fala de um homem branco que reconhecia seus privilégios, diferente da fala do Deputado Federal Delegado Edson Moreira. Reforçou a questão da comunicação, que no Estado de era dominada por um grupo com pensamentos conservadores. Falou brevemente sobre o trabalho que vinha sendo realizado pelo grupo do qual fazia parte, citou a Capitã Lúcia Helena e o caso do homicídio do jovem Samambaia. O Presidente disse que a CPI não iria resolver a questão da violência no Brasil instantaneamente, mas que o relatório preliminar era um avanço, pois reconhecia o racismo institucionalizado e que este estruturava o genocídio. Afirmou que se tudo isso era reconhecido era preciso encaminhar proporções legislativas, que apontem para mudanças. Discorreu sobre a PEC e disse que a aprovação não encerrava o trabalho, mas iniciaria uma nova batalha. Citou dados sobre o governo do Ex-Presidente Lula e da Ex-Presidenta Dilma, dados sobre a saúde, a segurança e a educação para o povo negro. Discorreu sobre a cultura de violência presente no País, os crimes cometidos e a quantidade de mortos que já ultrapassava a das guerras internacionais. A Deputada Federal Rosaângela Gomes agradeceu a participação de todos e todas e parabenizou a Deputada Teresa Leitão, os deputados, os representantes e os depoimentos pessoais. Disse que iria preparar um relatório com compromisso, falou da sua trajetória e dissertou sobre o respeito independente de credos, pois ela queria trabalhar em favor dos que necessitam. Afirmou que era preciso lutar e combater o racismo e defender o que se acreditava. Agradeceu a acolhida e disse que o relatório não iria decepcionar a sociedade. O Deputado Federal Pastor Eurico agradeceu a todos os presentes. Disse respeitar as diferenças, mesmo quando havia divergências e discorreu sobre a intolerância. Relatou brevemente a sua legislatura e as dificuldades encontradas. Disse estar a favor da vida, parabenizou o Presidente e agradeceu a todos. O Deputado Federal Betinho Gomes agradeceu aos membros da CPI e citou alguns dados sobre os menores e os maiores índices de vulnerabilidade juvenil. Disse que as diferenças nos posicionamentos deviam ser colocadas de lado quando se debatessen temas que envolvessem as vidas dos indivíduos e que era preciso tratar certas questões com racionalidade. Afirmou que a audiência não iria tirar Pernambuco da lista dos Estados com níveis de vulnerabilidade, mas que era preciso debater com a sociedade para garantir um movimento que trouxesse justiça. Por fim agradeceu a todos. O Presidente agradeceu aos presentes e aos que participaram do debate, ratificou a reunião que ocorreria no dia seguinte para discutir o relatório da CPI e declarou encerrados os trabalhos.

<b>Deputado Edison Silva</b>
<b>Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular</b>
<span></span>
<b>Deputado Bispo Ossésio Silva</b>
<b>Membro Titular</b>
<span></span>
<b>Deputado Lucas Ramos</b>
<b>Membro Titular</b>

## Portarias

## PORTARIA Nº 513/16

**A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art.80, inciso I, da Lei nº 6.123/68 e no Ato nº 598/2015 de 11 de novembro de 2015, publicado no DOE de 12 de novembro de 2015 e o Ofício n.º 021/2016, da **Superintendência de Inteligência Legislativa**, **RESOLVE**: designar o servidor **ERONIDES ALVES DE MENESES JÚNIOR**, matrícula nº 42.405, ora à disposição deste Poder Legislativo, para responder pela Superintendência de Inteligência Legislativa, no impedimento do titular, **EDUARDO PORTO DE BARROS**, matrícula nº 29030, no gozo de suas férias regulamentares, no período de 06 de janeiro a 06 de março de 2017, referente aos exercícios de 2016 e 2017.

**Sala Austro Costa, 21 de dezembro de 2016.**

**CRISTIANE ALVES DE LIMA**  
Superintendente Geral

## PORTARIA Nº 514/16

**A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art.80, inciso I, da Lei nº 6.123/68 e no Ato nº 598/2015 de 11 de novembro de 2015, publicado no DOE de 12 de novembro de 2015 e o Ofício n.º 23/2016, da **Superintendência Parlamentar**, **RESOLVE**: designar a servidora **MARIA DO SOCORRO DE LIMA RODRIGUES**, matrícula nº 191, Analista Legislativo, especialidade: Consultoria Legislativa, para responder cumulativamente pela Superintendência Parlamentar, no impedimento do titular, **EDUARDO GOMES DE ARAÚJO**, matrícula nº 21676, no gozo de suas férias regulamentares, no período de 01 de fevereiro a 01 de abril de 2017, referente aos exercícios de 2016 e 2017.

**Sala Austro Costa, 21 de dezembro de 2016.**

**CRISTIANE ALVES DE LIMA**  
Superintendente Geral

## PORTARIA Nº 515/16

**A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 933892/2016, Parecer da Procuradoria Geral nº 0739/2016 e laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE, **RESOLVE**: considerar licenciado por 30 (trintas) dias, a partir do dia 18 de novembro de 2016, para tratamento de saúde, o servidor **ALCIDEZIO RAMOS DE ALMEIDA**, matrícula nº 527, Operador de Som, GBC2-07, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.

**Sala Austro Costa, 21 de dezembro de 2016.**

**CRISTIANE ALVES DE LIMA**  
Superintendente Geral